

RELATÓRIO DA
SECRETARIA-GERAL
DE CONTROLE
EXTERNO

2015





República Federativa do Brasil

Tribunal de Contas da União

MINISTROS

Aroldo Cedraz de Oliveira (Presidente)

Raimundo Carreiro (Vice-presidente)

Augusto Nardes

Walton Alencar Rodrigues

Benjamin Zymler

José Múcio Monteiro

Ana Arraes

Bruno Dantas

Vital do Rêgo

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman Cavalcanti

Marcos Bemquerer Costa

André Luís de Carvalho

Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Paulo Soares Bugarin (Procurador-Geral)

Lucas Rocha Furtado (Subprocurador-geral)

Cristina Machado da Costa e Silva (Subprocuradora-geral)

Marinus Eduardo de Vries Marsico (Procurador)

Júlio Marcelo de Oliveira (Procurador)

Sérgio Ricardo Costa Caribé (Procurador)

RELATÓRIO DA
SECRETARIA-GERAL
DE CONTROLE EXTERNO
2015

© Copyright 2016, Tribunal de Contas da União.
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

<www.tcu.gov.br>

Permite-se a reprodução desta publicação,
em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo,
desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Brasil. Tribunal de Contas da União.

Relatório da Secretaria-Geral de Controle Externo : 2015 / Tribunal de Contas da União.
- Brasília: TCU, Segecex, 2016.

78 p.

1. Controle externo. 2. Relatório da Segecex. I. Título

Apresentação



A publicação “Relatório da Secretaria-Geral de Controle Externo” apresenta os resultados obtidos a partir do desafio lançado nas diretrizes estabelecidas para o biênio de 2015-2016 com o fim de levar o Tribunal de Contas da União (TCU) ao aperfeiçoamento das suas ações e adaptá-lo à crescente complexidade do Estado e à multiplicidade de novas atribuições que surgem ao longo do tempo.

Tais diretrizes consistem, principalmente, na procura de meios para incrementar a qualidade do serviço público; a indução ao governo digital e aberto; a incorporação de novas técnicas de fiscalização com base em tratamento de dados, por meio da realização de análises contínuas e preditivas; o incentivo à adoção de boas práticas de governança; e o fortalecimento das parcerias institucionais de âmbito nacional e internacional.

Entre os objetivos estratégicos do Tribunal estão a construção de capacidades profissionais, o compartilhamento de conhecimentos e a transformação da instituição em uma organização internacional de referência, com aderência a padrões internacionais nas ações de controle.

Merece destaque entre as relevantes ações desenvolvidas durante o exercício de 2015 noticiadas no presente Relatório a criação, por meio da Resolução 275/2015, da Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura (SeinfraOperações), a qual será responsável pelos processos da Operação Lava Jato e demais temas que mereçam especial atenção na área de infraestrutura.

Em razão do sucesso do grupo de trabalho criado para dar tratamento às informações e aos documentos obtidos das investigações e das inúmeras delações premiadas realizadas no âmbito da Operação Lava Jato, compartilhados pela Justiça Federal, o Tribunal desenvolveu método estatístico-paramétrico para quantificar “dano total de cartel” em contratações realizadas pela Petrobras, na área de abastecimento, desde o ano de 2002.

De imediato, tal metodologia será supedâneo para a avaliação da justeza na prolação dos acordos de leniência em negociação pela Controladoria-Geral da União (CGU), além de viabilizar, no âmbito da Administração Pública, exames sobre a existência de cartéis em contratações, como também estimativas de prejuízos decorrentes desse ilícito.

Enfim, essas são apenas algumas das iniciativas que reafirmam o compromisso e o empenho das unidades desta Corte e de seu corpo de servidores em contribuir com o aprimoramento do controle externo e da gestão pública, o que, por certo, resulta em benefícios para toda a sociedade.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

Presidente do TCU

O presente Relatório da Secretaria-Geral de Controle Externo tem por objetivo divulgar as principais realizações desta unidade básica no exercício de 2015 e as perspectivas de ações que terão sequência em 2016. Trata-se de uma forma de “prestação de contas” dos resultados obtidos a partir do comprometimento e da dedicação das equipes envolvidas.

A primeira versão do relatório foi lançada em setembro passado com dados sobre a atuação da Segecex no período de janeiro a junho de 2015. Esta edição atualiza as informações da publicação anterior e incorpora iniciativas e ações empreendidas a partir do segundo semestre do ano em questão.

Decorrido o primeiro ano da atual gestão, importa lembrar que, em janeiro de 2015, o Presidente Aroldo Cedraz confiou a esta Secretaria-Geral a missão de enfrentar os desafios e oportunidades que se apresentavam ao controle externo, bem como de dar continuidade a ações exitosas de gestões precedentes.

Como prioridades desta gestão, pode-se mencionar o incremento na qualidade do serviço público, a indução ao governo digital e aberto, a incorporação de novas técnicas de fiscalização baseadas em tratamento de dados, por meio da realização de análises contínuas e preditivas, o incentivo à adoção de boas práticas de governança, principalmente nas dimensões de transparência e controle social, e o fortalecimento das parcerias institucionais de âmbito nacional e internacional.

Para pôr em prática medidas que visam ao cumprimento das diretrizes estabelecidas para o biênio 2015-2016 e na execução das atividades inerentes às suas competências, a Segecex tem priorizado ações de natureza transversal e estruturante, por meio da integração de suas unidades técnicas, a fim de propiciar maior efetividade aos resultados do Tribunal.

Esta publicação contempla, como não poderia deixar de ser, atividades iniciadas em períodos anteriores e que tiveram continuidade e aquelas que se caracterizam como inovação da atual gestão. Foram elencadas as iniciativas estratégicas em implementação de maior impacto na atividade de controle externo. Na sequência, alinhadas com objetivos traçados no Plano Estratégico do Tribunal (PET 2015-2021), são indicadas ações decorrentes de parcerias com organismos nacionais e internacionais, as quais objetivam o aprimoramento das práticas de controle.

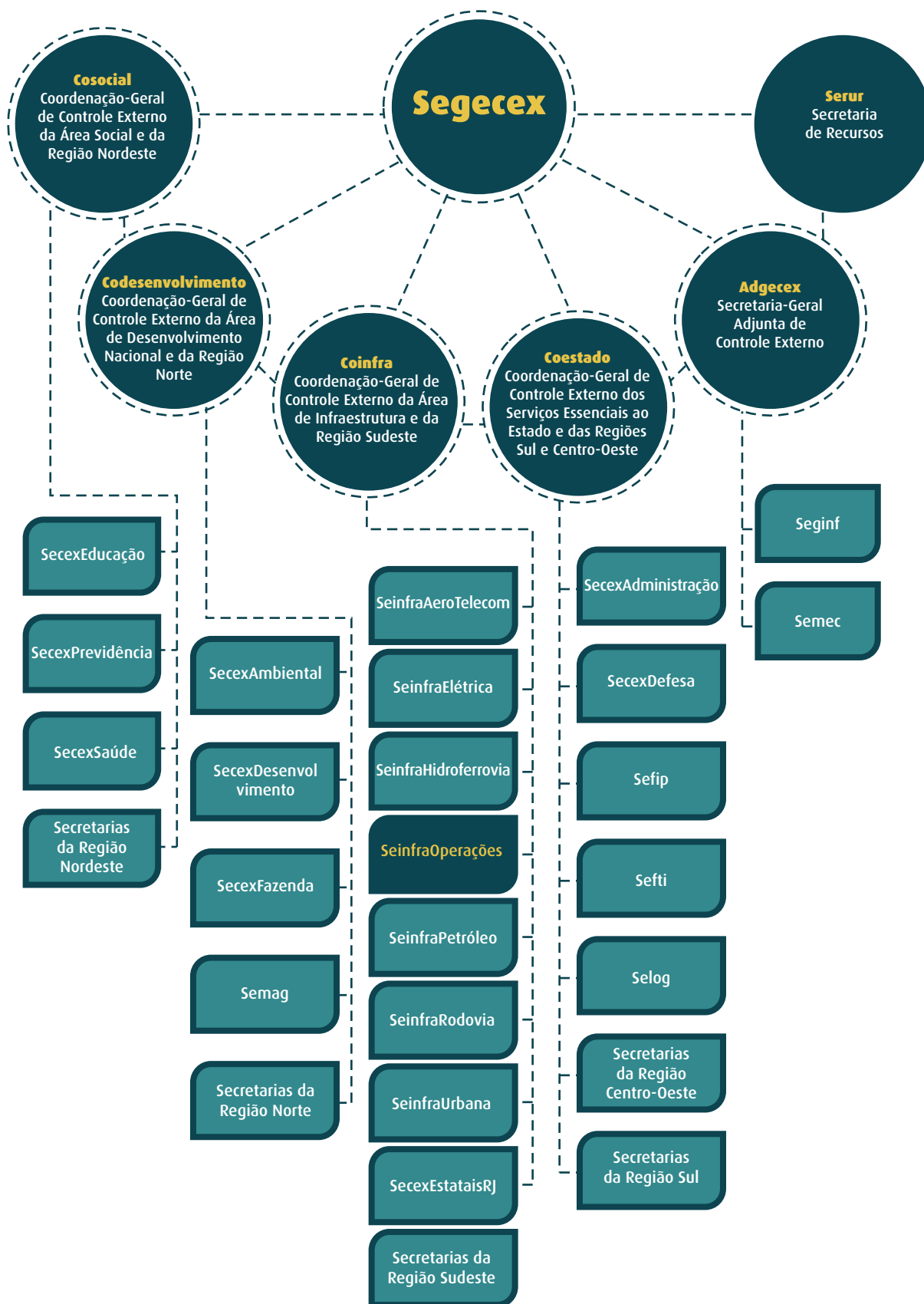
Como forma de demonstrar o esforço realizado, o tópico seguinte apresenta informações gerenciais que refletem as atividades do período, incluindo dados de instruções de mérito, fiscalizações realizadas ou em andamento e produtividade. Mais adiante, são relacionadas as principais ações de controle constantes do Plano Operacional da Segecex 2015, que representam o detalhamento das linhas de ação do Plano de Controle Externo, agrupadas pelas áreas temáticas afetas a cada uma das coordenações-gerais de controle externo: serviços essenciais ao Estado, social, desenvolvimento nacional e infraestrutura. Por último, foram listados os principais eventos realizados com vistas à discussão de temas atinentes ao controle.

No momento em que se encerra o primeiro ciclo desta gestão, cabe mais uma vez agradecer a todos os servidores desta Secretaria-Geral que, direta ou indiretamente, participaram da construção dos resultados ora apresentados, e reconhecer o apoio recebido dos Gabinetes das Autoridades, das Secretarias-Gerais da Presidência e de Administração, e de suas subunidades, bem como da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão para as realizações alcançadas até aqui.

Para finalizar, mesmo diante de um cenário de incertezas, tenho convicção de que continuaremos contando com o empenho e a dedicação já demonstrados para atingirmos os melhores resultados.

RAINÉRIO RODRIGUES LEITE
Secretário-Geral de Controle Externo

ORGANOGRAMA DA SEGECEX



Sumário



Capítulo 1 Iniciativas estratégicas	12
Plano de Controle Externo e Plano Operacional da Segecex	13
Secex Referência	13
Gestão do Conhecimento – Comunidades temáticas	14
Identificação de oportunidades de melhoria no processo de Tomada de Contas Especiais	14
Projeto de Desenvolvimento Organizacional das Secretarias de Controle Externo nos Estados da Bahia e do Maranhão	15
Desenvolvimento de novo marco estratégico para a fiscalização de TI	15
Implementação de novo modelo para tratamento de processos relativos a aquisições logísticas	16
Fortalecimento da auditoria financeira no TCU	16
Aperfeiçoamento do recebimento e do tratamento das informações das prestações de contas das unidades jurisdicionadas	17
Definição de Método para Seleção de Linhas de Ação e Ações de Controle	18
Uniformização da forma de atuação dos Tribunais de Contas do Brasil	18
Asseguração	18
Programa 3i	19
Currículo profissional	19
Revisão do cálculo da produtividade das Unidades Técnicas.....	20
Desenvolvimento de nova metodologia para avaliação de qualidade.....	20
Dados abertos – internos e externos.....	21
Desenvolvimento de modelos preditivos para detecção de indícios de irregularidades	21

Análise de dados não estruturados	22
LabContas.....	22
Fortalecimento do controle social	23
Evolução de sistemas corporativos.....	23
Jogos Olímpicos	24
Evolução na fiscalização de obras públicas	24
Acompanhamento regular e periódico do Plano Nacional de Educação (2014-2024)	25
Combate à corrupção e a outras irregularidades	26
Aprimoramento do processo de Cobrança Executiva.....	27

Capítulo 2 Parcerias com outros órgãos ou entidades 28

2.1 Parcerias Internacionais..... 29

Intosai	29
Controle da Dívida Pública	29
OCDE – Aprimoramento da Governança Pública	30
Diálogos setoriais.....	31
Articulação com o Banco Mundial para realização de projetos.....	31

2.2 – Parcerias Nacionais 32

Acordos de cooperação técnica com Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios e outros entes	32
Encla.....	32
Grupos de Trabalho.....	33

Capítulo 3 Segecex em números.....	34
Capítulo 4 Principais ações de controle	42
4.1 – Ações relacionadas à área de serviços essenciais ao Estado.....	43
4.2 - Ações relacionadas à área social	49
4.3 - Ações relacionadas à área de desenvolvimento nacional	58
4.4 – Ações relacionadas à área de infraestrutura	65
Capítulo 5 Principais eventos.....	74

Capítulo 1

Iniciativas estratégicas



O Plano de Controle Externo 2015-2016, aprovado pelo Plenário do TCU, contemplou avanços decorrentes da experiência adquirida com a execução do Plano anterior, 2013-2014, bem como incorporou sugestões apresentadas pelos gabinetes dos ministros-relatores.

Como desdobramento do Plano de Controle Externo (tático) e a partir das propostas de ações construídas de forma conjunta pelas unidades técnicas e coordenações-gerais, foi elaborado o Plano Operacional da Segecex 2015. Nele, estão contemplados indicadores de desempenho, metas das unidades, pesos dos indicadores e ações com prazos e produtos esperados, bem como indicadas as 77 ações, negociadas com os gabinetes dos ministros-relatores, que serão considerados trabalhos de especial relevância para a meta institucional do Tribunal.

Como forma de divulgação, foram distribuídos exemplares do Plano de Controle Externo e criado aplicativo móvel para visualização de seu conteúdo.

Secex Referência

Dando continuidade ao fortalecimento das unidades técnicas, normatizou-se a atuação das secretarias de controle externo nos estados como Secex Referência em nível nacional que, de forma coordenada pela Secex de âmbito nacional especializada em determinada função de governo ou tema, passaram a participar do planejamento de trabalhos, coordenação de fiscalizações, treinamento, apoio técnico, diagnóstico e proposição de soluções para os problemas da respectiva área de atuação.

Em 2015, essa sistemática foi aplicada aos temas Saúde, Educação, Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente e Segurança Pública.

Quanto à área de saúde e de educação, as Secex Referência iniciaram processo de discussão das possibilidades de ações de controle compartilhadas na área para o ano de 2016. O processo parte da busca de um alinhamento de possíveis expectativas e do conhecimento dos trabalhos realizados em cada unidade. Além disso, foram desenvolvidas estratégias para melhorar a interlocução entre a Secex especializada e as Secex Referência, com o objetivo de evitar a sobreposição de trabalhos semelhantes, ter conhecimento dos trabalhos executados na área e fomentar um planejamento integrado.

Após o funcionamento de seis meses das Secex Referência, encontra-se em curso processo de avaliação da sistemática com previsão de discussão no Encontro de Dirigentes 2016.

Constituem-se em estratégia integrativa e evolutiva que têm o propósito de criar uma rede de intercâmbio de informações e de comunicação sobre temas relacionados ao controle de determinadas áreas ou temas de importância para Tribunal. Basicamente, as comunidades são viabilizadas por meio de grupos virtuais, abertos a auditores de qualquer unidade técnica, mas também contam com a utilização de ferramentas como a *wiki*, reuniões, videoconferências, informativos e distribuição de conteúdo.

As comunidades temáticas proporcionam o compartilhamento, a colaboração e o registro do conhecimento; a geração de novos conhecimentos e recuperação das informações; e o uso do conhecimento armazenado para tomada de decisão e compartilhar informações e conhecimentos. Nesse sentido, atuam como incentivo à especialização e valorização dos auditores.

Inicialmente, foram previstas as comunidades de Saúde, Educação, Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente e Segurança Pública, mesmos temas das Secex Referência, de modo a obter sinergia e maximizar o potencial de contribuição dos auditores lotados nos estados na fiscalização desses temas. No segundo semestre de 2015, foram implantadas, em caráter experimental, as comunidades de saúde e de segurança pública.

Pretende-se, futuramente, envolver outros órgãos de controle na estratégia das comunidades temáticas, tais como os tribunais de contas estaduais e municipais.

Identificação de oportunidades de melhoria no processo de Tomada de Contas Especiais

Duas ações principais estão vinculadas a essa iniciativa:

- **Projeto TCE** – consiste no desenvolvimento e validação de modelo de trabalho com tomadas de contas especiais baseado na gestão sistêmica do estoque desse tipo de processo e na seleção de casos semelhantes para instrução, de modo a aumentar a produtividade e a qualidade das instruções. Foram agrupados e redistribuídos cerca de 750 processos da subfunção de governo Turismo e da função Educação, acompanhados de parágrafos padrão com a jurisprudência predominante desses casos.
- **Aperfeiçoamento da sistemática no âmbito interno e externo ao TCU** – como primeiros resultados dos trabalhos desenvolvidos foram elaborados (incorporando sugestões do corpo técnico diretivo e de autoridades da Casa, bem como de outros atores externos ao TCU afetos ao tema) e submetidos ao Presidente anteprojetos de instrução normativa e decisão normativa. Foram levantadas possibilidades de implementação de melhorias na consulta à jurisprudência acerca da matéria, com apoio da Secretaria

das Sessões (Seses), iniciada a revisão dos parágrafos padrão e elaborada minuta de Portaria com vistas ao estabelecimento de parâmetros para a fixação de prazos para a análise dos processos no âmbito da Segecex.

A concepção e o protótipo do sistema e-TCE encontram-se finalizados, no que diz respeito à funcionalidade que abrange a instauração da tomada de contas especial (TCE), até o pronunciamento ministerial, e o primeiro delineamento do que será o tratamento pelo controle externo. O próximo passo é a construção da solução propriamente dita, a ser iniciada em 2016, em parceria com a Controladoria-Geral da União (CGU).

Projeto de Desenvolvimento Organizacional das Secretarias de Controle Externo nos Estados da Bahia e do Maranhão

Destina-se a promover diagnóstico, modernização e fortalecimento institucional da Secex-BA e Secex-MA, a fim de dotar essas unidades de gestão integrada e eficiente no que se refere às pessoas, aos processos de trabalho e às estratégias, de forma a contribuir para o cumprimento da missão institucional do Tribunal.

O projeto conta com a parceria de várias unidades. Além do patrocínio da Segecex, atuam, em cooperação com aquelas Secex, a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Seplan), a Secretaria de Gestão de Pessoas (Segep) e o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), para o desenvolvimento de ações a serem empreendidas numa visão integrada e multidisciplinar.

Após a realização de diagnóstico organizacional e construção de plano de ação para as unidades, há diversas iniciativas em andamento, voltadas, por exemplo, para a atuação nos processos de TCE e nos serviços de administração.

Desenvolvimento de novo marco estratégico para a fiscalização de TI

Em 2016, completam-se dez anos desde que o TCU criou uma unidade especializada em fiscalização de TI. Nesse período, o Tribunal teve papel fundamental na indução de aprimoramento na gestão e no uso de tecnologia da informação na administração pública federal. O estabelecimento de processo para as contratações de TI, o amadurecimento da governança de TI nas instituições federais e a avaliação de sistemas e políticas públicas foram aspectos marcantes em tal etapa.

Para continuar avançando, porém, é necessário olhar para o futuro. Assim, em 2015, desenvolveu-se novo marco estratégico para a fiscalização de TI. O novo referencial foi construído por meio da identificação dos principais desafios estratégicos a serem enfrentados e destacou a nova missão da unidade especializada: induzir o melhor uso da tecnologia da informação no aprimoramento dos serviços públicos.

Implementação de novo modelo para tratamento de processos relativos a aquisições logísticas

A iniciativa pretende contribuir para elevar a eficiência da atividade de instrução processual de representações e denúncias sobre licitações e contratos para aquisições logísticas na administração pública federal, por meio da gestão da informação e racionalização do rito de análise da instrução processual.

Até o momento, as seguintes ações foram executadas:

- a.** levantamento de trabalhos antecedentes e análise dos resultados produzidos;
- b.** diagnóstico do modelo atual de gestão dos processos de representações e denúncias relativos a licitações e contratos, com a secretaria especializada e os oito núcleos de controle e aquisições logísticas (NLog), e propostas de aprimoramento;
- c.** mapeamento do processo de trabalho de representação e denúncia encaminhadas ao TCU, com base nas normas e orientações institucionais, para fins de modelagem que lhe confira maior racionalização e eficiência;
- d.** identificação das principais necessidades e propostas de alteração em termos de estrutura, operação e sistematização das atividades relativas a representações e denúncias conduzidas pelo Tribunal.

Fortalecimento da auditoria financeira no TCU

Financiado pelo Banco Mundial, o Projeto de Fortalecimento da Auditoria Financeira no TCU teve início em março de 2011 e conta como principal objetivo adotar, na auditoria realizada pelo tribunal sobre as demonstrações financeiras consolidadas do governo federal, padrões e boas práticas internacionais de auditoria financeira.

Com vistas a dar consecução ao projeto, o TCU realizou amplo estudo do tema cujo resultado foi apreciado por meio do Acórdão 3.608/2014 – Plenário (reservado). O citado acórdão determinou à Segecex que conduzisse diversas ações relacionadas ao desenvolvimento gradual da auditoria financeira e à ampliação de sua abrangência nas unidades jurisdicionadas do TCU. Essas ações incluem levantamentos, auditorias e desenvolvimento de normas e de plano de capacitação. O produto final do projeto consistiu em um plano de ação para implementação da estratégia de fortalecimento cujo cronograma vai até 2018.

O Plano Operacional da Segecex de 2015 contemplou práticas de controle com vistas a dar cumprimento ao plano de ação.

Foi criado o Comitê de Auditoria Financeira, pela Portaria-TCU 258/2015, com o objetivo de supervisionar a implementação da estratégia de fortalecimento da auditoria financeira no TCU, e concluíram-se a auditoria das demonstrações financeiras do Ministério da Fazenda referentes a 2014 e o levantamento sobre a auditabilidade das demonstrações financeiras de órgãos e entidades selecionados.

Em novembro, foram iniciadas, de forma concomitante, quatro ações de controle (previsão de conclusão em março de 2016) nas demonstrações contábeis de 2015 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN); nas demonstrações financeiras do Regime Geral de Previdência; nas informações da dívida pública federal evidenciadas no Balanço Geral da União (BGU) de 2015; e no BGU 2015 (consolidando as informações das três ações de controle anteriormente citadas).

Também foram realizadas operações do plano de ação para divulgar e capacitar servidores, como a conclusão da revisão do Manual de Auditoria Financeira, que se encontra em consulta pública, e cursos para promover a disseminação de conceitos, técnicas e ferramentas, como o DW – Tesouro Gerencial e o de Administração Orçamentária e Financeira.

Aperfeiçoamento do recebimento e do tratamento das informações das prestações de contas das unidades jurisdicionadas

O aperfeiçoamento do tratamento das informações, principalmente no rumo da automatização, teve início em 2015 e continuará pelos próximos exercícios com o recebimento das informações estruturadas. Até o final de 2016, há previsão de conclusão da estruturação e disseminação de métodos e técnicas de análise das contas anuais.

O recebimento das informações teve sua primeira fase concluída e concretizou-se com a recepção dos relatórios de gestão e autuação dos processos de contas do exercício de 2014, a partir de abril de 2015, já dentro do Sistema de Prestação de Contas (e-Contas). Nessa perspectiva, com a implantação do sistema, todos os aproximadamente 4 mil atores das 1.502 unidades prestadoras de contas inseriram suas peças diretamente no Sistema, sem necessidade de tramitação dos documentos entre eles. Em consequência, foi possível a autuação do primeiro processo de prestação de contas anuais totalmente eletrônico.

No final do segundo semestre de 2015, iniciou-se a segunda etapa de desenvolvimento de solução tecnológica que apoiará a gestão e o tratamento das informações, agora estruturadas, exigidas pelo TCU. Destaca-se a estruturação dos dados relacionados ao rol de responsáveis e de identificação das unidades gestores do Siafi.

Em paralelo, encontra-se em curso um estudo sobre o propósito e a finalidade das tomadas e prestações de contas anuais. O trabalho está na fase de diagnóstico, tendo sido realizada ampla pesquisa bibliográfica sobre o tema, além de reuniões técnicas.

Definição de Método para Seleção de Linhas de Ação e Ações de Controle

Com a finalidade de subsidiar o planejamento das unidades técnicas, instituiu-se grupo de trabalho com o objetivo de desenvolver e testar método de seleção de objetos e ações de controle com base em análise de risco.

Foram identificadas e estudadas as iniciativas afins realizadas dentro e fora do TCU e definidos os fluxos dos processos "seleção de oportunidades de controle", "seleção de objetos de controle" e "definição de linhas de ação e ações de controle". Os processos estão sendo testados com a participação de três unidades técnicas e até março de 2016 será elaborado documento técnico que materialize a metodologia.

Uniformização da forma de atuação dos Tribunais de Contas do Brasil

Pretende-se buscar a uniformização da forma de atuação dos Tribunais de Contas do Brasil mediante a criação de um padrão nacional que será materializado nas Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP), baseadas nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI).

Em setembro de 2015, foram concluídas as normas de nível 1 das NBASP, que compreendem os pré-requisitos sobre a Independência dos Tribunais de Contas (NBASP 10), Valor e Benefícios dos Tribunais de Contas – fazendo a diferença na vida dos cidadãos (NBASP 12), Transparência e *Accountability* dos Tribunais de Contas (NBASP 20), Gestão de Ética (NBASP 30) e o Controle de Qualidade para os Tribunais de Contas (NBASP 40). Essas normas definem os princípios basilares para o adequado funcionamento dos tribunais de contas brasileiros na realização de auditorias e, sempre que aplicáveis, nas demais atividades de controle externo do setor público.

Asseguração

Com vistas a garantir que os auditores documentem e referenciem da forma necessária e suficiente as conclusões dos trabalhos, a fim de aumentar o grau de confiança do leitor acerca dos resultados obtidos, foi elaborado normativo sobre a matéria, atualmente em fase de revisão.

As informações levantadas subsidiaram as discussões promovidas pelo Subcomitê de Normas Profissionais de Auditoria Operacional da *International Organisation of Supreme Audit Institutions* (Intosai). O Brasil formulou documento base apresentado ao grupo de trabalho encarregado de estudar o tema. Os estudos desenvolvidos também contribuíram para as discussões empreendidas no âmbito do Subcomitê de Normas Profissionais de Auditoria

de Conformidade (CAS) para o desenvolvimento de diretrizes para essa modalidade de auditoria.

Programa 3i

Iniciou-se a implantação do Programa 3i – Iniciativa de Implementação das *International Standards of Supreme Audit Institutions* (ISSAI) – da agência de capacitação de pessoal da Intosai, que consiste em auxiliar as Entidades Fiscalizadoras Superiores a identificar sua situação no que se refere à implementação das normas internacionais de auditoria, bem como executar a estratégia definida para o estabelecimento das ISSAI nos três tipos de auditoria governamental: financeira, operacional e de conformidade.

A implementação das ISSAI contribuiu para a profissionalização dos auditores da instituição, para a maior qualidade dos trabalhos e, por conseguinte, para o fortalecimento da credibilidade dos trabalhos da entidade perante os auditados, as demais partes interessadas e a sociedade em geral.

Os relatórios parciais acerca da aderência dos três tipos de auditoria praticadas pelo TCU às normas internacionais foram concluídos e passaram pelo controle de qualidade do TCU e pela revisão entre pares.

Como resultado da aplicação do Programa 3i, foram identificadas diversas oportunidades de melhoria das práticas de auditoria no TCU para que estejam integralmente em conformidade com as ISSAI e a consequente necessidade de treinamento dos auditores. As principais necessidades detectadas serão objeto de plano de ação para o desenvolvimento de estratégias com vistas a mitigá-las.

Além de implantar o Programa 3i, o TCU contribuiu para a melhoria das ferramentas utilizadas. No mês de novembro de 2015, participou de oficina de trabalho cujos objetivos foram aperfeiçoar a segunda fase do programa, apresentar *feedback* dos produtos, iniciar a elaboração de novo documento sobre auditoria do setor público e iniciar proposta de estrutura de competências em auditoria, que servirá de base para o programa piloto de certificação da Iniciativa de Desenvolvimento da Intosai (IDI). O TCU também cedeu, sem ônus, ao IDI uma auditora para atuar como gerente global do Programa 3i em auditoria operacional.

Currículo profissional

A iniciativa visa à produção de conteúdo, identificação de ações de capacitação e manutenção de currículo profissional mínimo atualizado que tenham em conta a educação continuada.

Foi submetida à Comissão de Coordenação Geral (CCG) proposta de trajetória profissional em auditoria. A partir dessa proposta, considerada no contexto de outros projetos em desenvolvimento na Casa, está sendo definido o escopo de prováveis certificações profissionais a serem providas pelo TCU.

O início efetivo da elaboração do currículo profissional só acontecerá quando o trabalho de levantamento de processos e competências associadas, coordenado pela Segep e com término previsto para o primeiro trimestre de 2016, for concluído.

Revisão do cálculo da produtividade das Unidades Técnicas

A produtividade é um dos fatores que mais influencia a definição do Plano Operacional de uma unidade, pois é utilizada para estimar quantos HD a secretaria deve "reservar" para a instrução processual.

No intuito de aprimorar o cômputo da produtividade das unidades da Segecex, foram testadas neste ano duas novas metodologias, sem resultados satisfatórios. No momento, uma nova metodologia, ainda em fase de aprimoramento, está em fase inicial de testes.

Os resultados incipientes foram considerados satisfatórios e refletem com maior precisão o desempenho das unidades da Segecex. Durante o ano de 2016, os testes serão ampliados, e o novo modelo, caso validado, será adotado para elaboração do Plano Operacional de 2017.

Desenvolvimento de nova metodologia para avaliação de qualidade

No exercício de 2015, foram iniciados estudos para implementação de nova metodologia de trabalho para a avaliação de qualidade dos processos instruídos pelas unidades técnicas com o objetivo de elevar a representatividade dos processos avaliados e aprimorar o *feedback* para as unidades, contribuindo mais significativamente para a melhoria da qualidade das ações de controle externo.

O novo modelo de trabalho prevê uma avaliação de primeiro nível, em que um percentual representativo dos processos encaminhados com mérito é avaliado de forma simplificada com base em roteiro contendo itens gerais de verificação do controle de qualidade.

Os processos que apresentarem indícios de inadequações na avaliação de primeiro nível poderão ser selecionados para a avaliação de qualidade de segundo nível, mediante aplicação de roteiro específico mais detalhado.

No segundo semestre, foram aprovados os roteiros de avaliação de primeiro nível para processos de TCE, representações e auditorias de conformidade, os quais foram inseridos no sistema "sisqualidade" e já se encontram, desde 1º de outubro de 2015, em aplicação pela Diretoria de Avaliação, auxiliando a seleção dos processos que devem ser avaliados pela Segecex. Até o final do exercício, foram triados 425 processos de TCE, auditoria de conformidade e representações e selecionados 48 processos para avaliação de segundo nível.

Durante a implantação da nova metodologia, as unidades técnicas receberam o *feedback* das falhas constatadas na aplicação dos roteiros de triagem, para conhecimento e adoção de

providências, se ainda cabíveis, sem qualquer pontuação ou impacto na avaliação de desempenho da unidade.

Dados abertos – internos e externos

Consciente dos benefícios sociais e econômicos da abertura de dados da administração pública e coerente com visão ampla e de longo prazo focada no aprimoramento da aproximação do Tribunal com a sociedade, essa iniciativa contempla o desenvolvimento de metodologia para avaliação da abertura de dados na administração pública e, ainda, a concepção de programa de abertura e divulgação de dados do TCU.

No que se refere aos dados externos, foi apresentada a primeira versão do produto "5 motivos para Abertura de Dados na Administração Pública" no evento "Brasil 100% digital", com o objetivo de sensibilizar as organizações públicas quanto aos benefícios e razões para abertura de seus dados. Foi também realizada, em caráter pioneiro, auditoria para avaliar a abertura de dados por órgãos do setor de educação, a qual resultou em determinações para abertura de bases de dados de programas como Fies e ProUni.

Internamente, no processo de elaboração do Plano de Dados Abertos do TCU, foram identificados os objetos de informação no âmbito do Tribunal passíveis de abertura e definidos os critérios de priorização. Atualmente, a partir das informações coletadas, trabalha-se na definição da priorização dos dados a serem abertos e na proposta da estrutura de governança e do processo de trabalho para a abertura desses dados, tendo como objetivo a entrega do referido plano em fevereiro de 2016.

Desenvolvimento de modelos preditivos para detecção de indícios de irregularidades

Com vistas a subsidiar a seleção de objetos de controle, foram desenvolvidos modelos preditivos, baseados em metodologia de mapeamento e classificação automática de risco, para detecção de indícios de irregularidades na descentralização de recursos públicos federais por meio de transferências voluntárias, em contratações públicas e na concessão de benefícios sociais. Além disso, há iniciativas para inferência de renda para detecção de anomalias no Programa Bolsa Família. A partir das experiências e do conhecimento adquirido, pretende-se ampliar a construção de modelos preditivos de classificação de risco para outros objetos de controle.

Foi realizada Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) com vistas à homologação e aperfeiçoamento do modelo de análise preditiva relativo às transferências voluntárias, que se encontra em fase de consolidação dos resultados, e também uma FOC destinada à homologação e aperfeiçoamento do modelo preditivo que trata da detecção de irregularidades em contratações

públicas, atualmente em fase de execução. O modelo de inferência de renda para detecção de anomalias no Programa Bolsa Família encontra-se em desenvolvimento, tendo sido elaborado modelo preliminar que identifica anomalias em nível municipal.

Análise de dados não estruturados

OTCU tem incorporado a seus processos de trabalho a análise automatizada de informações estruturadas em bancos de dados. Contudo, essa análise é pouco realizada para informações que se encontram em formato não -estruturado, como textos de editais, contratos, instruções e acórdãos, ou ainda fotos e plantas baixas de obras, por exemplo. A avaliação desse conteúdo requer a aplicação de métodos e técnicas diferentes.

Nesse sentido, busca-se desenvolver a capacidade de recuperar e extrair informações, resumir documentos, descobrir padrões, associações e regras e realizar análises qualitativas e automáticas do conteúdo de dados não estruturadas relacionadas aos processos de trabalho do TCU.

Por meio da participação de empresas fornecedoras de soluções de TI, foram realizadas no decorrer do ano de 2015 algumas “provas de conceito” – uma espécie de “teste” no qual problemas reais do TCU são apresentados a empresas da área, para que as ferramentas tecnológicas ofertadas sejam colocadas à prova. Porém as soluções de mercado apresentadas não se mostraram plenamente satisfatórias às necessidades do Tribunal. Por isso, optou-se por estender os testes, com o objetivo de realizar experimentos utilizando soluções desenvolvidas internamente e que se encontram relacionadas à classificação automática de itens de deliberação e de enunciados de jurisprudência sistematizada, cujos resultados estão sendo validados atualmente pelas áreas competentes.

LabContas

O Laboratório de Informações de Controle (LabContas) afigura-se como uma estratégia ampla de acesso, obtenção, tratamento, disponibilização e uso de bases de dados governamentais, para fins do exercício das ações de controle. Utiliza a tecnologia de máquinas virtuais para disponibilizar aos usuários diversas ferramentas de consulta e análise de dados, incluindo dados e informações previamente tratadas e carregadas.

Atualmente, o Tribunal conta com quarenta bases de dados disponíveis e cem usuários internos habilitados para utilizá-las.

No ano de 2015, com o intuito de ampliar a utilização de tais ferramentas por parte de outros integrantes da rede de controle, foram firmadas parcerias com Tribunais de Contas para compartilhamento dessas informações. Assim, criaram-se projetos pilotos de utilização externa do LabContas, permitindo o acesso de servidores dos tribunais de contas do Distrito Federal, Espírito

Santo, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco a conjuntos específicos de informações disponíveis no Tribunal.

Por meio da plataforma disponibilizada, alguns desses tribunais efetuaram, entre outros trabalhos, análises quanto à acumulação de cargos públicos em suas respectivas esferas de controle. No Congresso Brasileiro dos Tribunais de Contas, realizado no final de 2015, essas iniciativas foram divulgadas e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) incumbiu-se de capitanear esforços para estender essas parcerias aos demais Tribunais de Contas dos estados e municípios.

Fortalecimento do controle social

Como forma de fortalecer o engajamento social e a aproximação do TCU com a sociedade, buscou-se implementar modelo adequado e viável de atuação no ecossistema dos dados abertos e das tecnologias cívicas, com a criação, no decorrer de 2015, de plataforma de dados abertos tratados e serviços (webservices) que permite a concentração, distribuição e captação de dados por meio de aplicativos cívicos móveis.

Para tanto, houve a internalização de diversas bases de dados abertos, em especial ligadas aos temas Educação e Saúde. Foi firmado acordo de cooperação com a Universidade Católica de Brasília (UCB) e seu Programa Educacional Brasileiro de Desenvolvimento para iOS (BEPiD), possibilitando um trabalho conjunto de concepção e testes da plataforma de serviços, assim como o desenvolvimento de aplicativos piloto.

Ao todo, quatro protótipos foram concebidos: o Mapa da Saúde, que facilita o acesso do cidadão à rede de estabelecimentos de saúde em todo o Brasil; o Mami, que ajuda e orienta a gestante durante a gravidez; o Vacinapp, que oferece uma carteira de vacinação virtual para o cidadão e toda sua família; e o Nossa Escola, que cria um ambiente de rede social dentro das escolas. Os três primeiros aplicativos indicados encontram-se na loja virtual da Apple, disponíveis para *download* gratuito.

Ainda com o objetivo de fortalecer o controle social, foi revisada e republicada a cartilha "Orientação para os Conselheiros de Saúde". O material já vinha sendo largamente utilizado como guia prático, de modo a solidificar a formação de Conselheiros, com a finalidade de estender a visão de todos os envolvidos em relação ao papel de controle social que podem desempenhar na formulação e execução de políticas públicas para a área de saúde.

Evolução de sistemas corporativos

A evolução dos sistemas corporativos tem sido essencial para o aumento da produtividade e da satisfação dos usuários. Nesse contexto, a parceria com a Secretaria de Soluções de

TI (STI) e com a Secretaria de Infraestrutura de TI (Setic) mostra-se fundamental ao alcance dos resultados.

Com base nas necessidades identificadas junto aos usuários, foram aprimoradas funcionalidades no Sistema Fiscalis, objetivando a melhoria da gestão e da qualidade das fiscalizações.

Encontra-se em desenvolvimento solução para possibilitar a gestão e o tratamento de atos de pessoal encaminhados eletronicamente ao TCU (e-Pessoas). A primeira versão desse sistema tem previsão de implantação no mês de abril de 2016 e trará a automatização de regras e críticas para atos de admissão, concessão e aposentadoria das forças armadas.

Por meio da implantação de nova solução de TI, também foi aperfeiçoado o acesso e vista eletrônica de processos pelas partes, representantes legais e legitimados, inclusive para uso em aparelhos móveis. Os benefícios dessa solução incluem, dentre outros, agilidade, facilidade e baixo esforço no compartilhamento das informações constituídas nos autos.

Jogos Olímpicos

No que se refere ao acompanhamento dos Jogos Olímpicos de 2016 que acontecerão na cidade do Rio de Janeiro, atuou-se na coordenação, consolidação e avaliação geral das ações de controle externo voltadas à execução dos programas e às ações do governo federal envolvidas para a realização dos Jogos com objetivo de indicar riscos e oportunidades de exames complementares.

Complementarmente, fez-se levantamento de todas as determinações do TCU para execução de fiscalizações pelas unidades técnicas cujo objeto se refira a ações voltadas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, identificando a situação de cada uma das referidas fiscalizações, bem como adotadas as medidas necessárias para o atendimento adequado das determinações do Tribunal. Além disso, foram efetuadas visitas às obras das arenas onde ocorrerão as competições e reuniões com entidades envolvidas na realização dos Jogos.

Ao longo do exercício de 2015, também foram acompanhadas as notícias e informações referentes às ações do TCU para fins de divulgação no site Fiscaliza Rio 2016, e encontra-se em desenvolvimento ferramenta de divulgação e acompanhamento interno das ações do TCU.

Evolução na fiscalização de obras públicas

Historicamente, as leis de diretrizes orçamentárias (LDO) incumbem o TCU de fiscalizar as principais obras nelas indicadas, para identificar a ocorrência de irregularidades graves.

A par dessa tradicional forma de atuação, o Tribunal identificou oportunidades de aprimorar a forma de seleção dos objetos a serem fiscalizados por meio de ações que contemplam o mapeamento de riscos em contratos de obras públicas rodoviárias quanto à ocorrência de

desvios de recursos federais; a utilização de ferramenta de georreferenciamento para avaliação de risco de empreendimentos de infraestrutura; a realização de diagnóstico da situação da segurança viária, identificando falhas de engenharia que podem ocasionar acidentes em determinados pontos críticos de rodovias federais concedidas à iniciativa privada ou não, em trechos rurais ou urbanos.

No que se refere ao uso de georreferenciamento, foi realizado teste-piloto para verificar a efetividade da utilização de Veículo Aéreo Não Tripulado (Vant) em fiscalizações de obras ferroviárias. O teste é uma das ações previstas no **Projeto GeoControle**, que se destina a aprimorar o processo de fiscalização de obras e concessões públicas pelo TCU por meio da aplicação de geotecnologias, tais como o uso de imagens de satélites e o geoprocessamento.

Empregando ferramenta de *Business Intelligence* (BI), foi desenvolvido painel eletrônico que apresenta os riscos associados aos contratos administrativos para execução de obras rodoviárias. Para tanto, efetuam-se cruzamentos de informações disponibilizadas em bases públicas de dados com uma matriz com fatores de riscos identificados a partir da expertise acumulada ao longo dos anos nas fiscalizações de obras rodoviárias levadas a cabo pelo Tribunal.

No tocante ao diagnóstico da segurança viária, estão em curso produção de conhecimento e fiscalizações. A conclusão dessa iniciativa está prevista para março de 2017.

Além disso, encontra-se em desenvolvimento e aperfeiçoamento o Sistema de Auditoria de Orçamentos de Obras (SAO), ferramenta de auxílio para pré-análises automáticas de orçamentos de obras públicas, construção de curvas ABC e avaliação do preço dos empreendimentos em etapas de licitação e execução contratual. No primeiro semestre, foi desenvolvido o módulo de curva ABC de insumos e analisados mais de trezentos orçamentos de obras públicas.

Pode-se mencionar, ainda, a constituição de Grupo de Trabalho para elaboração de proposta de instrução normativa disciplinando a elaboração e entrega de orçamentos de obras ao Tribunal, pelas unidades jurisdicionadas, de forma sistemática ou mediante requisição. O trabalho resulta de determinação constante do Acórdão 1184/2015-TCU-Plenário. O material obtido será utilizado para constituição do repositório sistematizado de informações sobre obras públicas. Foram iniciadas tratativas com o Ministério das Cidades e com a Caixa Econômica Federal para viabilizar, do ponto de vista técnico, o envio sistemático dos orçamentos.

Acompanhamento regular e periódico do Plano Nacional de Educação (2014-2024)

Com vistas a fiscalizar a implantação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, aprovado pela Lei 13.005, de 25/6/2014, vem sendo elaborada estratégia de trabalho para o acompanhamento regular do alcance dos objetivos do plano, bem como para o planejamento de ações de controle externo em programas, ações e áreas afins visando sistematizar o registro de dados e de modo que o Tribunal possa comunicar à sociedade ano a ano, a evolução do

desenvolvimento do Plano, o cumprimento das obrigações nele estabelecidas para as diversas instâncias operativas, os resultados já alcançados e a alcançar.

No segundo semestre de 2015, a SecexEducação avançou no primeiro trabalho de acompanhamento do PNE 2014-2024, objeto do TC 011.350/2015-6. Além de apresentar visão geral sobre as metas, estratégias, indicadores e assuntos em destaque do Plano, o relatório propõe fluxo de atividades para o trabalho de acompanhamento. Essa metodologia pretende, ao mesmo tempo, conferir visão sistêmica e crítica da execução do PNE em vigor e identificar temas ou áreas de singular importância que mereçam o aprofundamento de análises pelo Tribunal.

Na sequência deste trabalho, serão aplicados procedimentos para a elaboração da primeira versão da Matriz de Controle do PNE e a seleção de temas e assuntos que devem receber acompanhamento destacado pelo TCU no biênio 2016-2017.

Combate à corrupção e a outras irregularidades

Destacam-se duas ações vinculadas a essa iniciativa:

- Iniciou-se em outubro de 2015 projeto para elaboração de referencial estratégico de atuação do controle externo que visa a coibir desvios e irregularidades na Administração Pública Federal. O objetivo desse referencial é servir de instrumento básico para o planejamento e execução de fiscalizações com tal propósito. O documento abordará o tema nas dimensões de prevenção, detecção, investigação, correção e orientação no tratamento de desvios e irregularidades.

Para a construção do referencial, além dos normativos próprios do TCU e da legislação nacional, está se realizando consulta a organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, para identificação das melhores técnicas e práticas no tratamento de irregularidades e desvios.

- Foi dada continuidade ao grupo de trabalho constituído, em dezembro de 2014, com o objetivo de receber e dar tratamento às informações compartilhadas pela Justiça Federal do Paraná no âmbito da Operação Lava-Jato. Os documentos compartilhados, mais de doze mil recebidos e algumas centenas tratadas pelo grupo, além de servirem como elementos probatórios em processos abertos no Tribunal, também são analisados com vistas à prospecção de novos objetos de controle. Vale destacar que, com base na documentação obtida, o grupo desenvolveu novo método de cálculo para estimar o potencial prejuízo global ocorrido na Petrobras em face de eventual cartelização das contratações ocorridas na Diretoria de Abastecimento da companhia, no período entre 1997 e 2015, tomando por base metodologia econômica e dados de regressão.

Em virtude da natureza do trabalho, o Plenário do TCU deliberou na sessão de 2 de dezembro de 2015 pela criação de unidade extraordinária de controle externo voltada para as operações anticorrupção em curso no país, a Secretaria Extraordinária de Operações Especiais em Infraestrutura.

Aprimoramento do processo de Cobrança Executiva

Em 2015, foi implantada solução de tecnologia de informação (e-Cbex) para a disponibilização automática das peças dos processos de Cobrança Executiva aos órgãos executores, anteriormente realizada manualmente pelo encaminhamento de *e-mail*. Foi automatizada, também, a sistemática de realização de pesquisa de bens dos responsáveis, com consultas ao Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), ao Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), à declaração de bens de candidatos junto à Justiça Eleitoral, e, ainda, quanto à participação societária dos responsáveis em empresas constantes na base da Receita Federal do Brasil.

Além disso, foram realizadas evoluções pontuais em funcionalidades e consultas, norteadas pela visão de futuro de completa automatização do processo de trabalho. Isso aumenta a eficiência do processo, acelera o encaminhamento de informações aos órgãos executores e contribui para tornar as decisões do Tribunal mais céleres.

Capítulo 2

Parcerias com outros órgãos ou entidades



2.1 Parcerias Internacionais

Intosai

Dando continuidade à parceria com a *International Organisation of Supreme Audit Institutions* (Intosai), destacam-se as seguintes ações:

- eleição para a presidência do Comitê de Normas Profissionais (PSC) da Intosai, principal responsável pela função de elaboração de normas, com mandato a ser iniciado no final de 2016;
- coordenação do Subcomitê de Auditoria Operacional na revisão e elaboração das *International Standards of Supreme Audit Institutions* (ISSAI);
- contribuição com o Subcomitê de Auditoria de Conformidade na elaboração/revisão do normativo que detalha os procedimentos a serem observados neste tipo de auditoria, ISSAI 4000;
- participação no Subcomitê de Controles Internos, contribuindo com sugestões para subsidiar a elaboração das normas de controle interno do setor público;
- apoio às atividades da agência de capacitação de pessoal da Intosai, atuando como especialistas em auditoria, junto aos países da região árabe, em novembro de 2015;
- revisão da tradução das ISSAI de níveis 1, 2 e 3;
- elaboração de guia de governança de TI para as Entidades de Fiscalização Superior (EFS) no âmbito do projeto em governança de TI no *Working Group on IT Audit* da *International Organisation of Supreme Audit Institutions* (Wgita/Intosai), no qual o Tribunal atua como coordenador;
- proposta de ingresso deferida no Intosai *Working Group on Key National Indicators* (KNI), presidido pela EFS da Rússia.

Controle da Dívida Pública

Em 2014, o TCU assumiu a participação no Programa Global de Auditorias Especializadas promovido pela Intosai *Development Initiative* (IDI), com duração de três anos, para a realização de auditorias na dívida pública. A primeira etapa do programa consistiu em treinamento *on-line* já concluído.

Em janeiro de 2015, realizou-se encontro entre as EFS da América Latina participantes do programa, e, a partir de então, deu-se início à etapa de realização de auditoria-piloto sobre a dívida pública do Brasil.

A auditoria, cujo objetivo é avaliar o impacto das operações com títulos públicos emitidos diretamente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) entre 2008 e 2014 nos custos

da dívida pública mobiliária federal, teve início em abril de 2015 e será concluída em agosto deste ano. Os resultados desse trabalho serão apresentados em *workshop* a ser promovido pelo IDI.

OCDE – Aprimoramento da Governança Pública

Governança Pública e Controle Externo são temas da parceria entre o TCU e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde 2013. O objetivo principal do projeto é mapear o papel das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) no fortalecimento da governança pública, identificando boas práticas de controle nas onze EFS dos países parceiros, com vistas à indução a um Estado mais ágil, estratégico, aberto e responsivo.

Em 2015, concluiu-se a segunda fase do estudo internacional, que resultou no documento "Entidades Fiscalizadoras Superiores: supervisão, visão e previsão", que teve como enfoque realizar um benchmarking das atividades de controle externo sobre o ciclo de políticas das entidades fiscalizadoras superiores dos países parceiros do estudo com vistas ao fortalecimento da capacidade de a Administração formular, implementar e avaliar políticas públicas.

Assim, a fim de viabilizar a iniciativa, algumas ações foram conduzidas no exercício de 2015, a saber:

- realização de tutoria a equipes de auditoria quanto à utilização do Referencial de Governança de Políticas Públicas;
- revisão e publicação do **Guia de boas práticas internacionais em governança**;
- realização de evento sobre Centro de Governo como forma de divulgação interna;
- elaboração do Referencial de Governança do Centro de Governo;
- realização de palestra sobre tomada de decisões baseada em evidências pelo Laboratório de Combate à Pobreza Abdul Latif Jameel;
- realização do Seminário internacional **Governança, desenvolvimento e práticas inovadoras e o papel do controle externo**;
- definição do escopo de novo projeto a ser firmado com a OCDE, com enfoque em políticas públicas descentralizadas.

Merece destaque a realização do II Seminário internacional **Governança e desenvolvimento: práticas inovadoras e o papel do controle externo**, realizado nos dias 3 e 4 de novembro na sede do TCU. No seminário foram abordados temas relevantes como "Governança e desenvolvimento sustentável", "Construindo uma visão de longo prazo no governo e na sociedade", "Indicadores-chave nacionais: monitorando a evolução do país", "Construindo eficiência nas políticas públicas por meio de evidências" e "Lidando com a complexidade nas políticas públicas", com palestras proferidas por autoridades e servidores da Casa, especialistas nacionais e internacionais e pelo corpo técnico da OCDE. O evento teve como público-alvo a academia, a sociedade civil organizada, os gestores públicos, os consultores legislativos, os membros do Centro de Governo e servidores e autoridades dos Tribunais de Contas Estaduais.

No primeiro semestre, foram concluídos os levantamentos realizados pela Secex Previdência no âmbito do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil, coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e pela Delegação da União Europeia no Brasil (Delbra). Os trabalhos tiveram por objetivo avaliar comparativamente:

- a estrutura de financiamento da Previdência brasileira com países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE/UE);
- a estrutura de financiamento e dos controles do Seguro Desemprego adotado no Brasil com os países da União Europeia; apreciado por meio do Acórdão 733/2015-TCU-Plenário.

Articulação com o Banco Mundial para realização de projetos

Duas negociações merecem destaque:

- **Políticas públicas**

Foram iniciadas negociações com o Banco Mundial, Câmara dos Deputados e Senado Federal para realização de projeto com vistas à construção de estratégia para fortalecimento da capacidade institucional desses órgãos para avaliar políticas, planos e programas governamentais, de sorte a contribuir para o aprimoramento da governança e da capacidade de entrega da Administração Pública. Foram realizados encontros com as partes envolvidas e foi enviada ao Banco Mundial proposta de nota conceitual. Aguarda-se a resposta do Banco sobre a viabilidade da realização do projeto.

- **Segurança viária e jurídica em empreendimentos rodoviários**

Em 2015, foram debatidas as possíveis maneiras de viabilizar empreendimentos rodoviários 100% seguros para o país e para os investidores, abrangendo os temas segurança viária, modelo de aquisições e controle de riscos nos contratos públicos. Ressalte-se que, durante conferência internacional realizada pelo Banco Mundial, o Tribunal apresentou plano de trabalho voltado à melhoria das condições das rodovias federais visando à redução de acidentes. Tal plano foi considerado como uma referência pelos especialistas participantes.

O debate sobre a questão terá continuidade em 2016, inicialmente com a realização de encontros técnicos para discutir o tema segurança jurídica dos contratos públicos na área de infraestrutura rodoviária.

2.2 – Parcerias Nacionais

Acordos de cooperação técnica com Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios e outros entes

Com o propósito de fortalecer parcerias com instituições de controle e outros entes da Administração Pública foram iniciadas e/ou concluídas tratativas para celebração e/ou renovação, por intermédio da Segecex, dos seguintes termos de cooperação:

- com a Atricon e o Instituto Rui Barbosa (IRB), a fim de realizar trabalhos coordenados em âmbito nacional – esferas federal, estadual, distrital e municipal –, nos temas de previdência social, saúde, educação, segurança pública, pessoal, bem como na área de governança pública, conforme especificado a seguir:
 - » auditoria nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) instituídos por Estados, Municípios e Distrito Federal;
 - » levantamento em governança e gestão da saúde em organizações estaduais e municipais;
 - » auditoria para avaliar a qualidade e a disponibilidade das instalações e equipamentos de escolas públicas de Ensino Fundamental;
 - » auditoria para verificar as informações obtidas no levantamento nacional acerca da situação de governança na administração pública;
 - » auditoria com vistas a atualizar informações a respeito da situação de governança na administração pública;
 - » auditoria para planejamento da estratégia de controle da segurança pública;
 - » auditoria para planejamento da estratégia de controle conjunto de vínculos e remunerações de pessoal na Administração Pública nacional;

- com o Ministério do Trabalho e Previdência Social a fim de promover o intercâmbio de informações e a cooperação técnico-científica, objetivando a capacitação de recursos humanos e ao desenvolvimento da gestão pública.

Enccla

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) foi criada em 2003, por iniciativa do Ministério da Justiça, como forma de contribuir para o combate sistemático à lavagem de dinheiro no País. Consiste na articulação de diversos órgãos dos três poderes da República, Ministérios Públicos e da sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, com o objetivo de identificar e propor seu aprimoramento.

O TCU participa da Enccla desde sua instituição e ao longo desses anos de vigência da parceria tem contribuído ativamente na implementação e coordenação das ações deliberadas pelo grupo. No ano de 2015, destacaram-se as seguintes ações:

- estabelecimento de estratégia articulada de fomento, monitoramento e cobrança do cumprimento da Lei de Acesso à Informação, em relação à transparência ativa e passiva; os órgãos participantes da ação desenvolveram metodologia unificada para avaliação da transparência ativa, a qual foi aplicada pelo Ministério Público Federal em mais de 5 mil municípios de todo o país, viabilizando a criação do Ranking Nacional da Transparência;
- elaboração e discussão de documento que orienta órgãos e entidades de todos os poderes das esferas federal, estadual, municipal e distrital a avaliarem os programas de integridade de médias e grandes empresas no âmbito de processo administrativo de responsabilização (PAR) ou de acordo de leniência, ambos previstos na Lei 12.846 de 2013 (Lei Anticorrupção); a citada lei dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências; além desse documento, estão sendo descritos os dezesseis parâmetros de avaliação dos programas de integridade, definidos pelo art. 42 do Decreto 8.420, de 18/3/2015; os órgãos participantes estão detalhando os critérios de efetividade, as boas práticas e o que não deve ser aceito em cada um dos parâmetros;
- continuidade do desenvolvimento do Sistema de Consulta e Análise de Dados de Contratação com o Poder Público e proposição de norma para sua implementação em todos os tribunais de contas; no âmbito dessa ação, o Tribunal elaborou e disponibilizou para homologação uma interface que fornece aos tribunais de contas informações referentes aos dados do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (Siasg);
- concepção e proposição de mecanismos para viabilizar aos órgãos de controle interno e externo e órgãos de defesa da concorrência acesso à base de nota fiscal eletrônica e à escrituração contábil digital do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).

Grupos de Trabalho

Foram designados representantes do Tribunal para compor grupo de trabalho interno do governo brasileiro encarregado de formular proposta ao Governo do Paraguai para constituição de uma Comissão Binacional de Contas para a Fiscalização da Usina Itaipu.

Além disso, o Tribunal, por intermédio da Aspar, ofereceu contribuições à comissão parlamentar mista responsável pela elaboração do projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais.

Capítulo 3

Segecex em números



Os dados gerenciais e os gráficos a seguir buscam demonstrar a atuação da Segecex a partir de janeiro de 2015, conforme informações dos sistemas disponíveis no Tribunal, em especial o Sinergia e o Planejar.

Os números referentes às instruções de mérito realizadas pelas secretarias de controle externo, às fiscalizações realizadas ou em andamento, bem como à força de trabalho disponível, no exercício de 2015, podem ser sintetizados nos quadros a seguir, em que também são apresentados dados de semestres iniciais de anos anteriores. Devido à mudança de metodologia de aferição de metas, a comparação limitou-se ao biênio anterior (2013-2014), não sendo aplicável a exercícios anteriores.

a. instruções de mérito em processos de controle externo:

Instruções de mérito					
2013	2014	2015	Dif. % 2015/ 2014	Média 2013-2014	Dif. % 2015 / Média
6.727	6.188	6.356	2,7%	6.458	-1,6%

b. HD disponível (desconsidera FC de secretário, diretor e assessor):

HD disponível					
2013	2014	2015	Dif. % 2015/ 2014	Média 2013-2014	Dif. % 2015 / Média
155.438	153.738	146.747	-4,5%	154.588	-5,1%

c. HD alocado em fiscalizações:

HD em fiscalizações					
2013	2014	2015	Dif. % 2015/ 2014	Média 2013-2014	Dif. % 2015 / Média
44.217	46.463	42.222	-9,1%	45.340	-6,9%

Cabe observar que, de acordo com os dados aprovados no Plano Operacional da Segecex 2015 (abril de 2015 a março de 2016), a previsão de alocação de cerca de 30% da força de trabalho na realização de fiscalizações totalizará, ao final do plano, cerca de 45 mil HD alocados em fiscalizações.

d. % de HD alocado em fiscalizações:

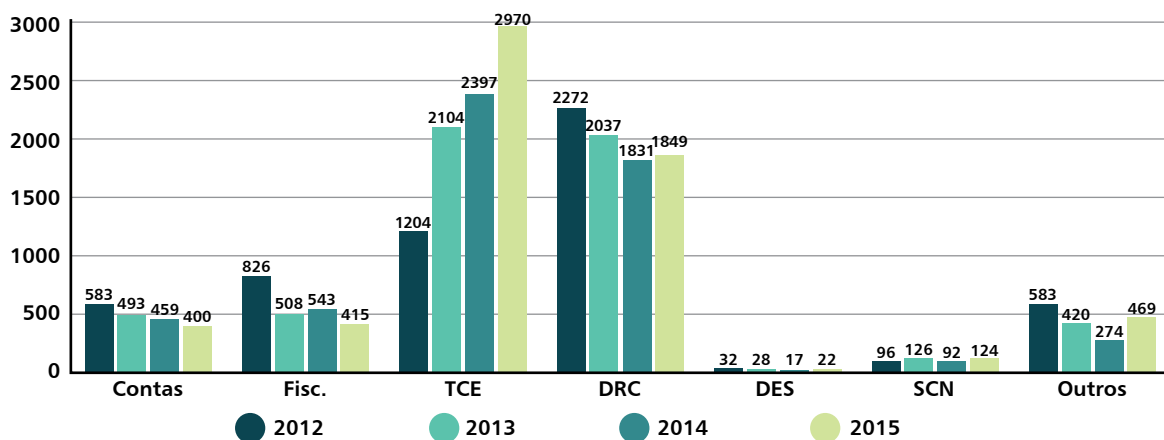
%HD em fiscalizações					
2013	2014	2015	Dif. % 2015/ 2014	Média 2013-2014	Dif. % 2015 / Média
28,4%	30,2%	28,8%	-4,8%	29,3%	-1,9%

e. Produtividade:

Produtividade					
2013	2014	2015	Dif. % 2015/ 2014	Média 2013-2014	Dif. % 2015 / Média
11,8	11,2	11,9	5,4%	11,5	2,9%

A tabela e o gráfico a seguir mostram a quantidade de processos autuados por grupo de processos, no período de janeiro a dezembro de 2015:

Autuados	2012	2013	2014	2015
Contas	583	493	459	400
Fiscalização	826	508	543	415
TCE	1.204	2.104	2.397	2.970
DRC	2.272	2.037	1.831	1.849
Desestatização	32	28	17	22
SCN	96	126	92	124
Outros	583	420	274	469
TOTAL	5.596	5.716	5.613	6.249



Registra-se que, em razão do grande número de processos que deu entrada no Tribunal ao longo de 2015, em especial de Tomada de Contas Especiais foi necessária maior alocação de esforço na instrução de processos. Por essa razão, o número e os recursos alocados em fiscalizações ficaram um pouco abaixo da média verificada nos anos anteriores. Em compensação, houve incremento na quantidade de processos instruídos, incremento este superior à diminuição do esforço em fiscalizações que fora mensurado, o que gerou aumento de produtividade, conforme demonstrado no item "e" anterior.

Convém explicar que o conceito de produtividade é uma projeção. Essa medida deve ser entendida como a quantidade estimada de instruções de mérito realizadas, no período de um ano, por um AUFC **que não participa de fiscalizações**. É como se a secretaria fosse dividida em dois grupos: um que só realiza fiscalizações e outro que só instrui processos. Desse segundo grupo, na média, os AUFC instruiriam, em um ano, uma quantidade de processos equivalente ao valor da produtividade.

A produtividade é calculada de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Produtividade} = \frac{\text{NP} \times 195}{\text{HDP}} \quad (\text{unidade: } \frac{\text{Processos}}{\text{AUFC} \times \text{ano}})$$

Onde:

NP – número acumulado de processos instruídos com mérito;

195 – dias de trabalho estimados no ano (extrapolação para um ano);

HDP – homens-dia alocados em instrução de processos (= **HD disponível sem FC – HD em fisc.**);

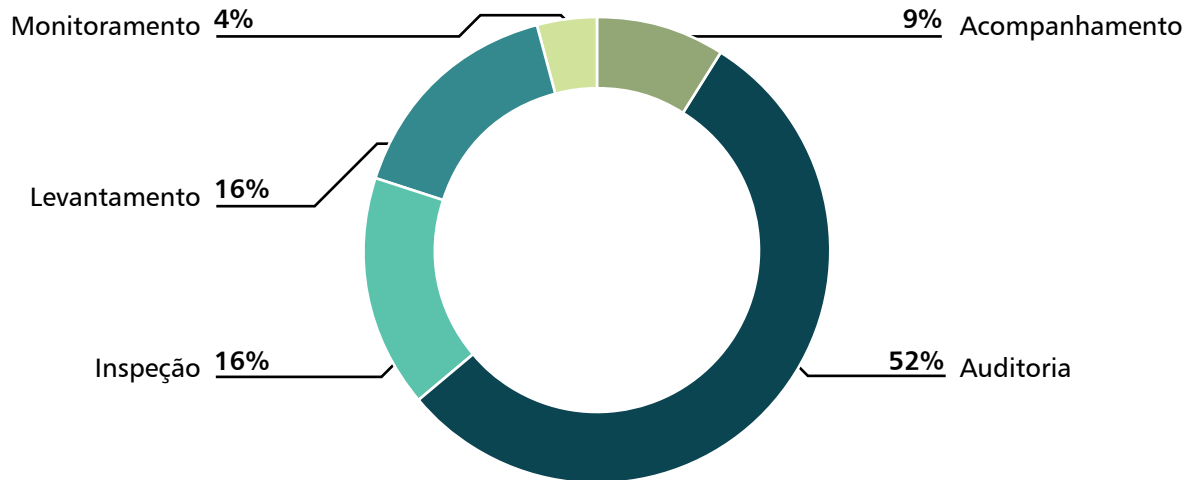
HD disponível sem FC – Homens-dia dos servidores que não ocuparam função de secretário, diretor ou assessor, no período considerado. São descontados todos os afastamentos: férias, recesso, licenças em geral (médica, maternidade, capacitação etc.), cursos, seminários, APC, entre outros;

HD em fisc. – homens-dia alocados em fiscalização.

Em 2015, foram realizadas ou estavam em andamento na Segecex 641 fiscalizações (dados de 18/1/2016).

Instrumento de fiscalização	2015	
	Quantidade de fiscalizações	HDF
Acompanhamento	56	3.288
Auditoria	353	26.489
Inspeção	102	2.333
Levantamento	103	9.098
Monitoramento	27	1.228
TOTAL	641	42.436

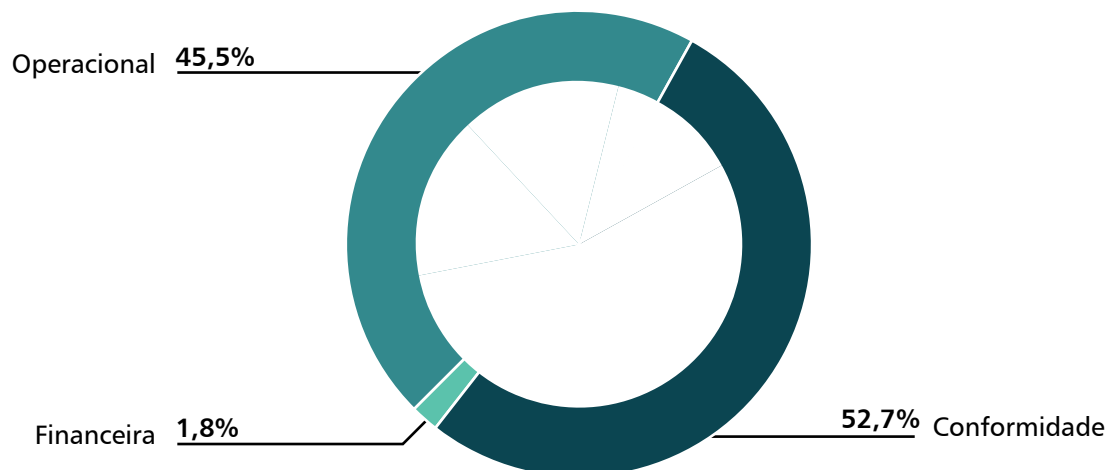
Percentual de fiscalizações



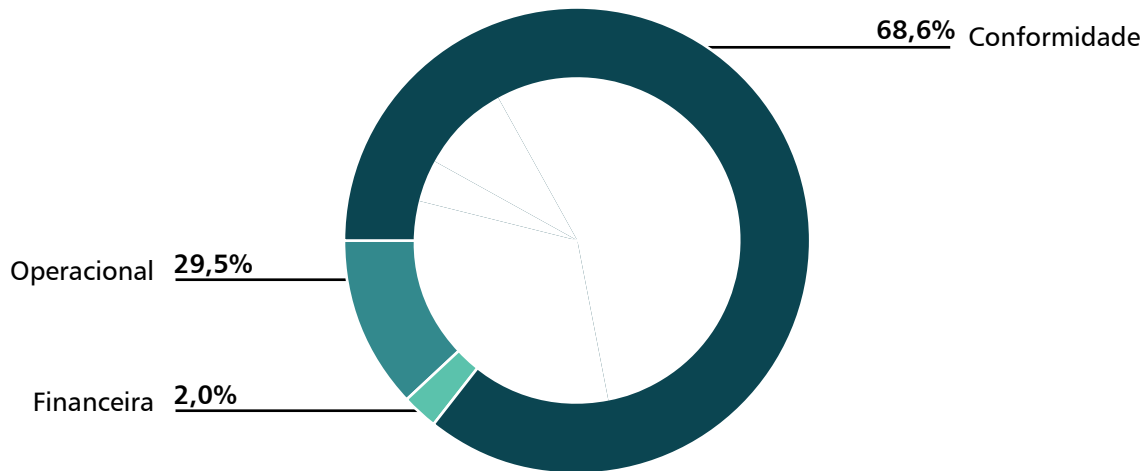
A tabela e o gráfico abaixo refletem a distribuição das fiscalizações, do tipo auditoria, realizadas ou em andamento em 2015, de acordo com cada modalidade:

Modalidade de fiscalização	Quantidade	% Quantidade	HDF	%HDF
Conformidade	242	68,5%	13.959	52,7%
Financeira	7	2,0%	484	1,8%
Operacional	104	29,5%	12.046	45,5%
TOTAL	353	100%	26.489	100%

Percentual de HD em auditorias em 2015

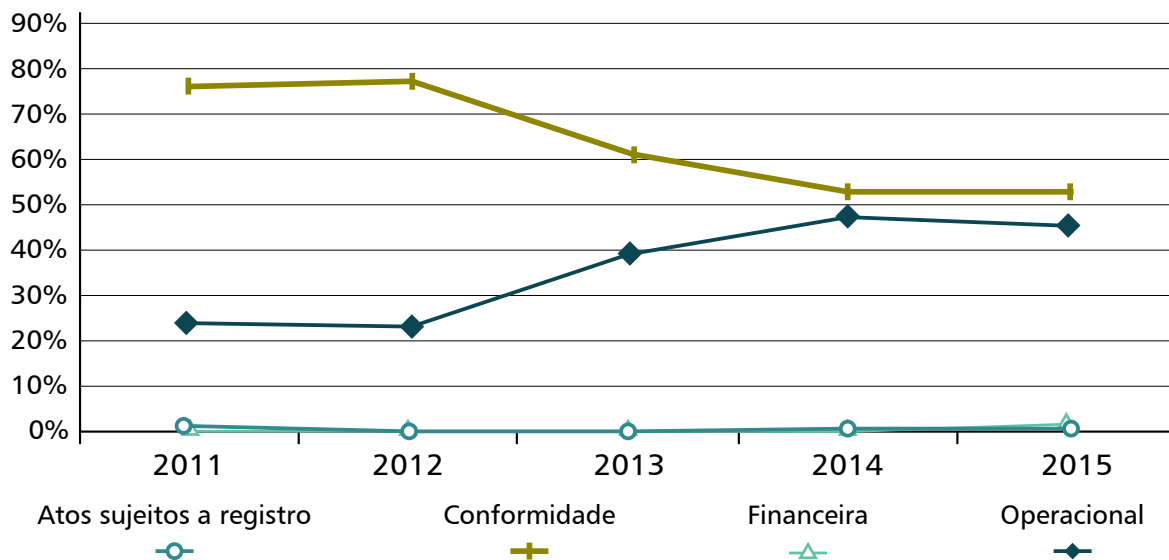


Percentual de auditorias realizadas ou em andamento em 2015



O gráfico seguinte mostra a comparação do percentual de HD alocado em cada modalidade de auditoria a partir do exercício de 2010:

Percentual de alocação de HD em auditorias



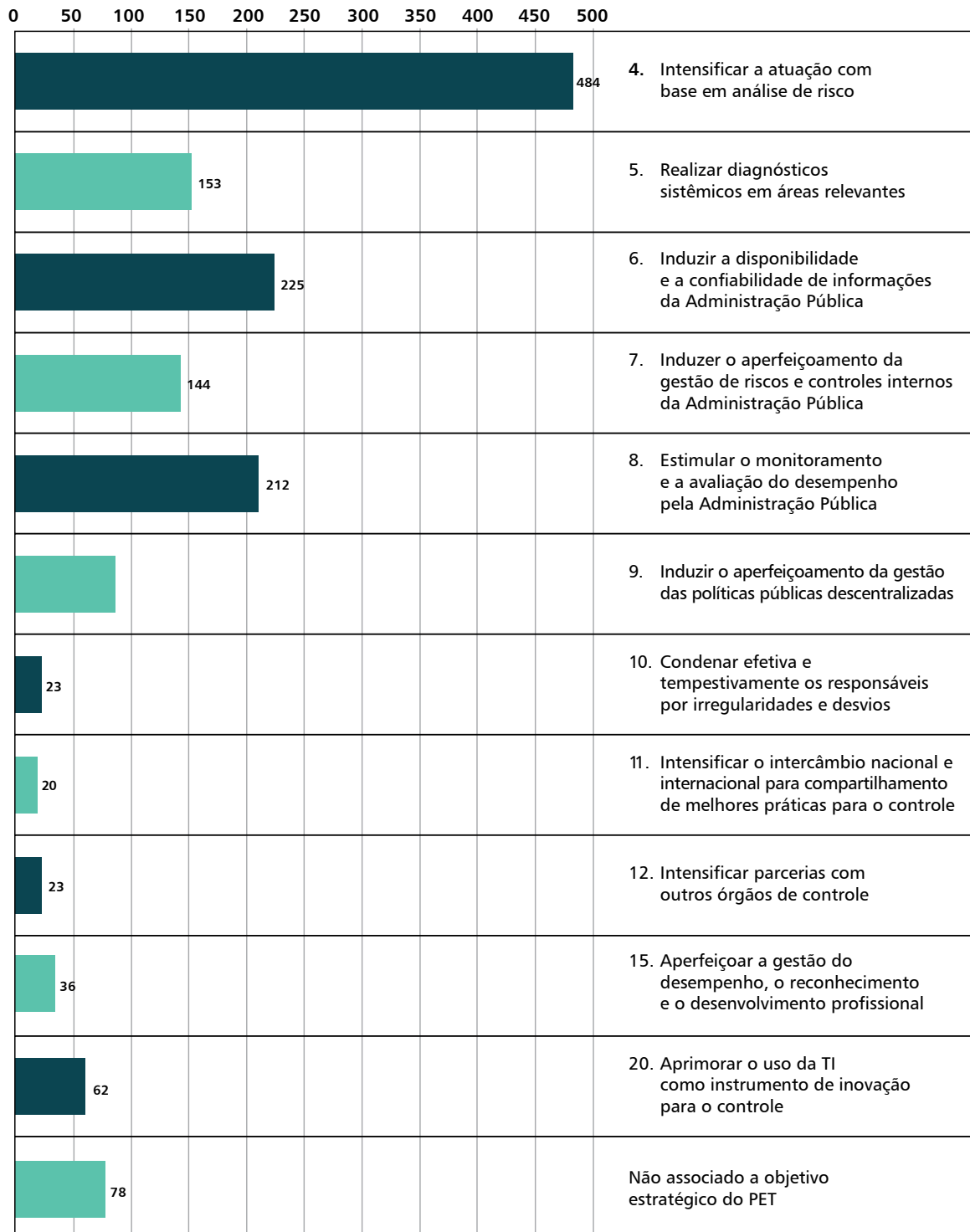
A partir das informações elencadas, nota-se que a Segecex, a partir de 2014, tende para um maior equilíbrio entre as modalidades de auditoria operacional e de conformidade. Em parte, esse fato pode ser atribuído à implantação de novas metas e novos indicadores, em substituição aos existentes até o exercício de 2012.

A tabela e o gráfico a seguir mostram a quantidade de ações incluídas no Plano Operacional da Segecex de 2015, agrupadas por objetivo estratégico do PET, conforme dados do sistema Planejar.

Ressalte-se que alguns dos objetivos estratégicos do PET na perspectiva "Gestão e inovação" não estão contemplados, até o momento, em linhas de ação do Plano de Controle Externo (PCE). Como o Plano Operacional se relaciona diretamente com as linhas de ação do PCE (por ser o plano tático da Segecex), os objetivos estratégicos que não têm linhas de ação associadas não aparecem nas informações adiante.

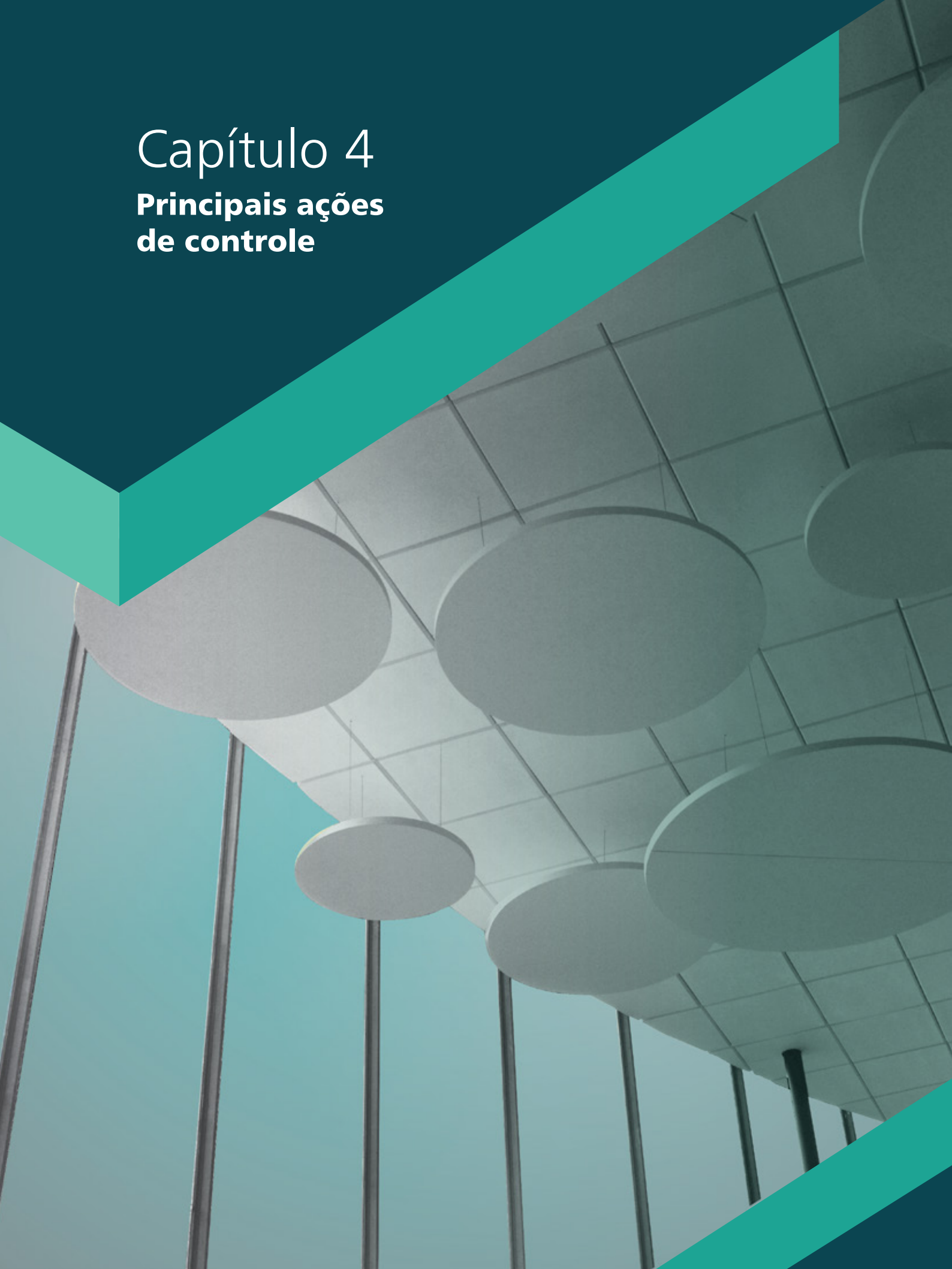
Ações – Vinculação estratégica	Quantidade	% Quantidade	HD	%HD
4 - Intensificar a atuação com base em análise de risco	484	31,4%	34.541	32,9%
5 - Realizar diagnósticos sistêmicos em áreas relevantes	153	9,9%	11.566	11,0%
6 - Induzir a disponibilidade e a confiabilidade de informações da Administração Pública	225	14,5%	8.290	7,9%
7 - Induzir o aperfeiçoamento da gestão de riscos e controles internos da Administração Pública	144	9,3%	9.886	9,5%
8 - Estimular o monitoramento e a avaliação do desempenho pela Administração Pública	212	13,7%	14.310	13,6%
9 - Induzir o aperfeiçoamento da gestão das políticas públicas descentralizadas	87	5,6%	6.103	5,8%
10 - Condenar efetiva e tempestivamente os responsáveis por irregularidades e desvios	23	1,5%	6.400	6,1%
11 - Intensificar o intercâmbio nacional e internacional para compartilhamento de melhores práticas para o controle	20	1,3%	1.067	1,0%
12 - Intensificar parcerias com outros órgãos de controle	23	1,5%	947	0,9%
15 - Aperfeiçoar a gestão do desempenho, o reconhecimento e o desenvolvimento profissional	36	2,3%	3.685	3,5%
20 - Aprimorar o uso da TI como instrumento de inovação para o controle	62	4,0%	4.518	4,3%
Não associado a objetivo estratégico do PET	78	5,0%	3.618	3,5%
TOTAL	1.547	100%	104.931	100%

Quantidade de ações por Objetivo Estratégico



Capítulo 4

Principais ações de controle



Neste capítulo, serão apresentadas as principais ações de controle relacionadas aos temas afetos a cada uma das coordenações-gerais de controle externo vinculadas à Segecex, a saber: Coordenação-Geral de Controle Externo dos Serviços Essenciais ao Estado e das Regiões Sul e Centro-Oeste (Coestado), Coordenação-Geral de Controle Externo da Área Social e da Região Nordeste (Cosocial), Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Desenvolvimento Nacional e da Região Norte (Codesenvolvimento) e Coordenação-Geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste (Coinfra).

Considerando que as secretarias de controle externo nos estados têm competência para atuar em todos os temas das coordenações-gerais e tendo em vista que a vinculação institucional a essas coordenações obedeceu a critério geográfico, e não de especialização, as ações de controle a cargo daquelas unidades técnicas foram alocadas para fins deste relatório de acordo com o tema a que se referem.

Essa característica das secretarias nos estados, que possibilita a atuação em temas de todas as coordenações-gerais, oferece as condições para que, na medida das prioridades estabelecidas, ocorram integração e sinergia na realização das atividades.

4.1 – Ações relacionadas à área de serviços essenciais ao Estado

Os chamados serviços essenciais ao Estado compreendem aqueles serviços que são prestados pelo Estado e são de sua responsabilidade, em contraposição àqueles que são delegados ou concessionados a outros entes fora da esfera pública. A atuação do Tribunal de Contas da União no tocante a esses serviços envolve três vertentes.

A primeira corresponde às ações afetas à própria administração central do Estado, conduzidas pelos órgãos centrais e estruturantes do governo - englobando os três poderes -, os chamados Órgãos Governantes Superiores da Administração Pública Federal, como o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério da Defesa, o Ministério da Justiça, a Advocacia-Geral da União, a Controladoria-Geral da União, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, a Casa Civil da Presidência da República, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e outros.

A segunda contempla as ações relativas à Segurança Pública e à Defesa nacional, incluindo as ações das polícias, do Ministério da Justiça, dos órgãos responsáveis pela segurança pública e as políticas multiministeriais da área.

A terceira é relacionada aos serviços que dão suporte às atividades do Estado, sem os quais os projetos e políticas públicas não podem se concretizar. Os serviços são transversais e abrangem todas as áreas temáticas da Administração. Como exemplo, citam-se os serviços de tecnologia da informação, pessoal e licitações/compras públicas.

Sobre a área da administração central do Estado, buscou-se realizar **diagnóstico sistêmico da função Judiciária**, possibilitando fornecer ao Congresso Nacional, aos gestores das unidades judiciárias abrangidas e à sociedade brasileira, subsídios à busca de soluções para a melhoria e aperfeiçoamento do Poder Judiciário Federal. Essa fiscalização foi apreciada por meio do Acórdão 1295/2015-TCU-Plenário. O trabalho permitiu também que o Tribunal obtivesse

insumos para futuras ações de controle no Judiciário. Na mesma linha, foi planejado e iniciado levantamento com o objetivo de obter conhecimento sistêmico dos órgãos que compõem as Funções Essenciais à Justiça.

Ainda na área da administração central do Estado, foi desenvolvido **levantamento de governança pública nacional**. O trabalho foi realizado em coordenação com o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e mais 28 tribunais de contas de estados/municípios. As conclusões baseiam-se em dados coletados por meio de questionário de autoavaliação, respondido pelos dirigentes máximos de 7.770 organizações públicas (respostas válidas), sendo 380 federais, 893 estaduais e 6.497 municipais. Dentre os resultados, foi possível aferir o chamado Índice Geral de Governança de vários órgãos da administração federal, estadual e municipal. Os resultados desse levantamento apontam diversas oportunidades de melhoria para a governança na administração pública.

A unidade responsável pela administração do Estado realizou também o levantamento para elaboração de Referencial de Avaliação de Governança do Centro de Governo, trabalho que contou com apoio da OCDE e que envolveu vários órgãos da administração central. Estima-se que o documento proporcionará o aumento da governança do Centro de Governo brasileiro com a maximização da capacidade de alcance de resultados, possivelmente refletindo na melhoria da administração pública e na entrega de serviços aos cidadãos.

Com relação ao tema defesa nacional e segurança pública, foi dado prosseguimento ao trabalho com o objetivo de avaliar a efetividade da estrutura de **gestão e controle do Projeto Piloto do Sisfron** (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras), com foco no monitoramento da execução do projeto e no monitoramento de riscos. Outra estratégia importante que orientou as ações na área relaciona-se à **segurança durante os Jogos Olímpicos – Rio 2016**, resultando em um trabalho de natureza operacional no Ministério da Justiça e no Ministério da Defesa, com o objetivo de avaliar o arranjo institucional e as ações a serem implementadas pelas forças de segurança pública e de defesa nacional, a fim de mitigar ameaças que possam comprometer a incolumidade das pessoas, a ordem pública e os patrimônios público e privado durante a realização dos jogos.

Com relação aos serviços transversais de suporte ao Estado, buscou-se, na área de pessoal, atuar na **governança, transparência e identificação de irregularidades nas questões relativas à folha de pagamento** da Administração Pública, inclusive mediante acompanhamento contínuo nos gastos com pessoal. Ademais, foi realizada auditoria para avaliar o **processo de elaboração de editais da ESAF para concursos públicos**, cujos resultados têm potencial de aperfeiçoar o processo de recrutamento e seleção, a partir da implementação do planejamento da força de trabalho de forma sistemática na Administração Pública.

Na área de licitações e compras públicas, houve foco na avaliação do **perfil da governança das aquisições públicas**, objetivando induzir a melhoria na governança e gestão das unidades jurisdicionadas no tema, bem como na realização de auditorias para verificar se as práticas de governança e de gestão de aquisições públicas estão de acordo com a legislação aplicável e aderentes às boas práticas. Além disso, deu-se continuidade ao **acompanhamento de licitações e contratos publicados no Diário Oficial da União**, com o intuito de identificar indícios de

falhas antes que essas se concretizem – controle prévio. Foi realizado, ainda, o levantamento das aquisições realizadas por meio da Central de Compras do Governo Federal e está sendo feita auditoria (Fiscalização de Orientação Centralizada) em objetos relativos a contratações públicas selecionados com base em análise de dados (a partir de modelo preditivo).

No campo da tecnologia da informação, houve destaque às **tendências e inovações tecnológicas** que têm impactado a forma como governos e empresas prestam serviços, tais como os serviços em nuvem e os dados abertos. Nesse sentido, realizou-se levantamento para identificar **riscos em contratações de serviços de TI sob o modelo de computação em nuvem**, tendo em vista a crescente adoção desse modelo em escala mundial.

Ainda no campo das contratações, houve ação de controle visando avaliar eficácia e eficiência do modelo de **contratação de desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados pelas organizações públicas**. A governança de TI, por sua vez, foi examinada em seis auditorias realizadas sob orientação centralizada (FOC) com o objetivo de avaliar as práticas adotadas por organizações públicas para **implementação e melhoria da governança e da gestão de TI**.

No campo dos serviços públicos eletrônicos, atenção especial foi dada à Previdência Social. Como sequência de auditoria iniciada em 2014 e que avaliou a oferta de serviços públicos eletrônicos pelo INSS, realizou-se **diagnóstico na cadeia de produção e de gestão de serviços e sistemas da Previdência Social**. O objetivo foi analisar deficiências, riscos e dificuldades que impactam o oferecimento de serviços digitais e as atividades das agências da Previdência, com reflexo na vida dos cidadãos.

Destacam-se ainda as estratégias de atuação na área indigenista e de proteção à fronteira seca entre o Brasil e os demais países latinos, as quais geraram ações de controle inter-regionais conduzidas por secretarias de controle externo nos estados. Foram assim desenvolvidos o trabalho que produziu um **relatório sistêmico sobre a política indigenista brasileira**, bem como a auditoria que avaliou **aspectos de governança das políticas públicas voltadas à fronteira**. Os resultados apontam destaques e falhas em aspectos de governança das referidas políticas e fomentarão ações de controle futuras nos respectivos temas.

Por fim, registra-se a relevância de outros trabalhos de destaque conduzidos por secretarias regionais, quais sejam:

- **Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) em transferências voluntárias selecionadas a partir de modelo preditivo**; o trabalho, além de identificar irregularidades nas transferências realizadas, contribuiu para o ateste da funcionalidade do modelo, que pode se tornar importante ferramenta de seleção de objetos de controle.
- A auditoria para **avaliação do cumprimento da Lei de Acesso à Informação** pelos conselhos profissionais, que aferiu o cumprimento da referida lei pelos conselhos e teve abrangência nacional; a ação de controle será replicada em outro segmento (fundações de apoio), utilizando-se a mesma metodologia; houve divulgação do trabalho nos Conselhos Regionais e também no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU), em Brasília.

Principais ações de controle – Área de serviços essenciais ao Estado

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
1	Fiscalização 010.997/2014-8 Min. José Múcio	Auditoria na administração pública federal indireta, com o objetivo de avaliar a maturidade da gestão de risco, além de validar as respostas apresentadas pelas entidades ao questionário aplicado no levantamento efetuado em 2013 por este Tribunal.	Concluída Acórdão 1294/2015-TCU- Plenário
2	Fiscalização 014.980/2015-0 Min. Raimundo Carreiro	Acompanhamento com o objetivo de apurar indícios de irregularidade identificados a partir de críticas executadas de forma automática e contínua nas folhas de pagamento encaminhadas semestralmente pelas unidades jurisdicionadas que não utilizam o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape).	Em andamento
3	Fiscalização 011.954/2015-9 Min. Vital do Rêgo	Levantamento com o objetivo de identificar e avaliar riscos relativos a cargos/funções de livre provimento, assim como dar transparência acerca dos quantitativos, atribuições, requisitos de acesso e outras informações relevantes.	Em andamento
4	Fiscalização 017.599/2014-8 Min. Subst. Augusto Sherman	Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC – Governança e gestão de aquisições – ciclo 2014) em vinte organizações da Administração Pública Federal com objetivo de avaliar a aderência às boas práticas e a conformidade com a legislação aplicável das práticas de governança e de gestão de aquisições públicas.	Concluída Acórdão 2328/2015-TCU- Plenário
5	Fiscalização 020.830/2014-9 Min. Augusto Nardes	Levantamento nacional com o objetivo de obter o perfil de governança pública e das aquisições das organizações da administração pública estadual e municipal e de governança pública das organizações da administração pública federal.	Concluída Acórdão 1273/2015-TCU- Plenário
6	Fiscalização 025.994/2014-0 Min. Benjamin Zymler	Levantamento com vistas a apresentar os principais riscos envolvidos em contratações de serviços remotos (nuvem) pelas organizações públicas, considerando o uso já relevante desse tipo de contratação pela iniciativa privada.	Concluída Acórdão 1739/2015-TCU- Plenário
7	Fiscalização 002.116/2015-4 Min. Augusto Nardes	Auditoria operacional com objetivo de avaliar a eficácia e a eficiência do modelo de contratação de desenvolvimento e manutenção de sistemas informatizados adotado pelas organizações componentes da Administração Pública Federal (APF), em especial quando utilizados métodos ágeis de desenvolvimento, visando a apresentar entendimentos quanto aos riscos e métricas utilizados.	Concluída Acórdão 2362/2015-TCU- Plenário

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
8	Fiscalização 013.531/2015-8 Min. Raimundo Carreiro	Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC – Avaliação de Governança de TI 2015) com objetivo de avaliar os resultados do Perfil de Governança de TI 2014 e obter subsídios para a próxima edição do levantamento.	Em andamento
9	Fiscalização 024.704/2014-8 Min. José Múcio	Relatório Sistemico da Função Judiciário – Fisc Judiciário com a finalidade principal de fornecer ao Congresso Nacional, suas comissões e Casas Legislativas, e aos gestores das unidades judiciárias abrangidas nos trabalhos, bem como à sociedade brasileira, subsídios à busca de soluções para a melhoria e aperfeiçoamento do Poder Judiciário Federal.	Concluída Acórdão 1295/2015-TCU- Plenário
10	Fiscalização 011.913/2015-0 Min. Benjamin Zymler	Levantamento com o objetivo de obter conhecimento sistemico dos órgãos que compõem as Funções Essenciais à Justiça, identificando seus principais objetivos, projetos, processos de trabalho, produtos, indicadores de desempenho, controles internos, de modo a subsidiar a elaboração de propostas de revisão e aperfeiçoamento da configuração e conteúdo da Prestação de Contas Anuais desses órgãos, conferindo mais transparência e efetividade como instrumento de controle em relação à conformidade e ao desempenho da gestão.	Em andamento
11	Monitoramento 007.501/2015-3 Min. Subst. Augusto Sherman 033.796/2013-0 Min. Raimundo Carreiro	Monitoramento no Siconv com o objetivo de verificar o cumprimento de deliberações visando ao aprimoramento das operações relativas à transferência de recursos por parte dos órgãos repassadores (Acórdãos 2927/2013-TCU-Plenário e 6679/2013-TCU-2ª Câmara).	Em andamento
12	Fiscalização 009.926/2015-1 Min. Raimundo Carreiro	Levantamento no referencial de avaliação de governança do Centro de Governo com o objetivo de orientar ações de controle no mencionado centro para verificar se este pode assegurar o atingimento de objetivos estratégicos e responder de forma satisfatória aos desafios que se apresentam.	Concluída Acórdão 2970/2015-TCU- Plenário
13	Fiscalização 025.650/2014-9 Min. Subst. Marcos Bemquerer	Auditoria operacional no Ministério da Defesa – Comando do Exército, podendo se estender a outros órgãos e entidades relacionados, com o objetivo de avaliar a efetividade da estrutura de gestão e controle do Projeto Piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), com foco no acompanhamento da execução do projeto e riscos envolvidos.	Em andamento

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
14	Fiscalização 007.604/2015-7 Min. Ana Arraes	Auditoria operacional no Ministério da Justiça e no Ministério da Defesa, com o objetivo de avaliar o arranjo institucional e as ações a serem implementadas pelas forças de segurança pública e de defesa nacional, a fim de mitigar ameaças que possam comprometer a incolumidade das pessoas, a ordem pública e os patrimônios público e privado durante a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.	Em andamento
15	Fiscalização 014.856/2015-8 Min. Subst. Weder de Oliveira	Auditoria de conformidade nos conselhos de fiscalização profissional para verificar o atendimento da Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei 12.527/2011).	Em andamento
16	Representação 017.695/2014-7 Min. Subst. Weder de Oliveira	Representação do MPF para verificar a regularidade na aquisição de novos trens da Trensurb e da CBTU, já em circulação, com materialidade em torno de R\$ 243 milhões.	Em andamento
17	Fiscalização 004.905/2015-6 Min. Augusto Nardes	Auditoria de conformidade, em atendimento à Solicitação do Congresso Nacional, com objetivo de avaliar a aplicação de recursos federais na Saúde Indígena pelo Município de Dourados/MS.	Concluída Acórdão 1786/2015-TCU- Plenário
18	Fiscalização 009.062/2015-7 Min. Augusto Nardes	Auditoria operacional com objetivo de avaliar aspectos de governança das políticas públicas voltadas à fronteira – 2ª etapa (“participação”, “capacidade organizacional e recursos” e “coordenação e coerência”).	Concluída Acórdão 2252/2015-TCU- Plenário
19	Fiscalização 008.223/2015-7 Min. José Múcio	Relatório sistêmico relativo à política indigenista – Fisc Indigenista, com a finalidade principal de fornecer ao Congresso Nacional, suas comissões e Casas Legislativas, bem como à sociedade brasileira, um panorama da política em questão.	Concluída Acórdão 2626/2015-TCU- Plenário
20	Fiscalização 010.247/2015-7 Min. Benjamin Zymler	Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC – Transferências Voluntárias), com o objetivo principal de validar a seleção de objetos de controle com base em análise preditiva de dados relativos a transferências voluntárias.	Em andamento
22	Fiscalização 007.561/2015-6 Min. Raimundo Carreiro	Auditoria com o objetivo de avaliar o processo de elaboração de editais da ESAF para concursos públicos e uma amostra de editais, com vistas a identificar possível existência de critérios que colidam com os princípios da isonomia e do julgamento objetivo e com o interesse público.	Em andamento

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
23	Fiscalização 020.127/2015-4 Min. Benjamin Zymler	Levantamento na Central de Compras e Contratações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), para verificar e conhecer a política de aquisições realizadas pela Central, nos aspectos estratégicos de compras (planejamento e inteligência), políticas de sustentabilidade e desenvolvimento, riscos e oportunidades e estrutura funcional do órgão.	Concluída Acórdão 2848/2015-TCU- Plenário
24	Fiscalização 008.801/2015-0 Min. Ana Arraes	Auditoria operacional para avaliar a efetividade das iniciativas conduzidas pelo MEC, pelo FNDE e pelo Inep com objetivo de promover a abertura de seus dados governamentais.	Concluída Acórdão 3.022/2015-TCU- Plenário
25	Fiscalização 032.064/2015-2 Min. Augusto Sherman	FOC conformidade - Auditoria em objetos selecionados com base em análise de dados.	Em andamento
26	Fiscalização 005.693/2015-2 Min. Vital do Rêgo	Levantamento no Ministério da Previdência Social (MPS), na Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) e no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com o objetivo de identificar deficiências, desconformidades, oportunidades de melhoria e de emprego de inovações tecnológicas, em busca de maior eficiência e efetividade dos serviços previdenciários prestados à sociedade.	Em andamento

4.2 - Ações relacionadas à área social

No planejamento das ações ligadas à área social, foram centrados esforços no enfrentamento de desafios identificados nas áreas de saúde, educação, desporto, previdência, assistência social e trabalho, particularmente, na indução da melhoria na gestão das políticas públicas descentralizadas, na oferta de serviços públicos de qualidade para o cidadão, na garantia do financiamento sustentável de políticas sociais, no alinhamento dessas políticas à competitividade nacional e, por fim, no desenho e na implementação efetiva de políticas considerando a territorialidade e as desigualdades regionais.

No que se refere à saúde, destaca-se o empenho na avaliação da governança e gestão de políticas públicas. Assim, encontram-se em andamento o **Levantamento de Governança e Gestão em Saúde**, a Fiscalização de Orientação Centralizada sobre o **impacto da judicialização das ações em saúde**, a avaliação de aspectos da **Política Nacional de Assistência à Saúde Integral da Mulher**, a **auditoria operacional sobre órteses e próteses**, o **monitoramento sobre resíduos sólidos** e a **auditoria para avaliação sobre a capacidade de fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)**.

Na área da educação, busca-se investir em abordagem sistêmica, por meio do **Acompanhamento da implantação do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Está

em curso a construção de metodologia de acompanhamento das metas do PNE 2014-2024, de modo que o Tribunal possa comunicar à sociedade anualmente, por meio de seu relatório sistêmico da área Educação, a evolução do Plano, o cumprimento das obrigações nele estabelecidas para as diversas instâncias operativas, bem como os resultados já alcançados e as lacunas encontradas.

Complementarmente, e no intuito de caracterizar e avaliar a formulação, a implementação e os resultados de políticas públicas, está em andamento um conjunto de fiscalizações nas ações e programas de capacitação profissional nacionais, com foco no **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)**. Esse programa se propõe a aumentar a produtividade e estimular a competitividade de diversos setores produtivos do País.

No segundo semestre de 2015, foi finalizado levantamento com o objetivo de conhecer as principais ações relacionadas ao Pronatec e as mais importantes ações governamentais de capacitação profissional para, entre outros pontos, identificar fragilidades e riscos operacionais e de conformidade associados aos programas de capacitação profissional e avaliar a viabilidade da realização de uma avaliação de impacto. Estão em andamento outras duas ações relativas ao Pronatec, uma auditoria operacional, com o objetivo de avaliar aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, e uma Fiscalização de Orientação Centralizada, que tem por finalidade verificar a regularidade de ações relacionadas com os cursos oferecidos na iniciativa Bolsa-Formação do Programa.

Ressaltando a oportunidade de atuação transversal na área social com foco na oferta de serviços públicos de qualidade, foi realizada **auditoria operacional na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh**. A fiscalização tratou de aspectos tanto de avaliação da governança e gestão na área de saúde, como na de educação, pilares do desenvolvimento social sustentável.

Em relação à política de Desporto, realizou-se **Levantamento no Sistema Nacional do Desporto (SND)**, incluindo o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), a Confederação Brasileira de Clubes (CBC) e as entidades de administração do desporto (confederações). Nessa fiscalização, que resultou no Acórdão 1785/2015-TCU-Plenário, foram analisadas as fontes de financiamento do SND, formas de aplicação dos recursos públicos recebidos, controles e resultados. O diagnóstico realizado permitiu a compreensão desse sistema, bem como a identificação de seus pontos críticos, que poderão direcionar futuras fiscalizações voltadas à melhoria do desempenho dos órgãos envolvidos.

Registra-se, ainda, a realização da Auditoria de conformidade em Confederações, Comitês Olímpico (COB) e Paralímpico (CPB) e na Confederação Brasileira de Clubes (CBC) com o objetivo de verificar a regularidade da aplicação de recursos provenientes da Lei 9.615/1998, alterada pela Lei 10.264/2001 (Lei Agnelo/Piva) por parte de entidades componentes do Sistema Nacional do Desporto (SND), como parte da estratégia traçada para atendimento ao item 9.5 do Acórdão 765/2014-TCU-Plenário.

No intuito de fortalecer as parcerias entre o TCU e os Tribunais de Contas subnacionais, bem como promover a articulação e a coordenação interfederativa, no primeiro semestre de 2015 iniciou-se a auditoria coordenada nos regimes próprios de previdência social (RPPS) instituídos por estados, municípios e Distrito Federal, em questões afetas aos seus controles administrativos e operacionais.

Destaca-se a implementação de estratégia de **acompanhamento de benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas (fiscalizações contínuas)**, com vistas a identificar, por meio de cruzamentos sistemáticos de bases de dados, indícios de irregularidades nos benefícios, e propor, quando couber, ações de controle que mitiguem o risco de pagamentos indevidos e busquem aperfeiçoar a fiscalização dessa matéria. Tal ação complementa trabalhos que já vêm sendo realizados nessa política, como foi o caso da auditoria na atividade pericial do INSS e concessão de benefícios por incapacidade (Acórdão 594/2015-TCU-Plenário).

No que tange à temática do trabalho, o Tribunal, utilizando de sua capilaridade em todas as regiões da federação, iniciou Fiscalização de Orientação Centralizada com objetivo de verificar o **nível de transparência apresentado pelas entidades do Sistema S** em relação a suas operações, em especial quanto às receitas, despesas, demonstrações contábeis e resultados, incluindo nesse contexto o nível de atendimento aos mandamentos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Esse tipo de trabalho busca avaliar, em termos de disponibilidade e de qualidade, o acesso à informação ofertado pelas entidades, visando fomentar a utilização de dados em formato aberto, o controle social, o combate à fraude e à corrupção e a credibilidade pública.

Para além das políticas setoriais, destaca-se no período um olhar inovador sob o **aspecto territorial das políticas públicas**, central no enfrentamento das desigualdades regionais perpetuadas há décadas no país. Dessa forma, optou-se por iniciar a abordagem pelas regiões **Norte e Nordeste**, com a apresentação de panoramas de cada um dos estados, contemplando visão ampla e abrangente de sua situação geográfica e econômico-social, incluindo o mapeamento dos desafios locais para seu desenvolvimento – em seus aspectos econômico, social, inclusivo e sustentável –, bem como uma síntese do conjunto de ações de controle relevantes realizadas pelo Controle Externo com foco no território do respectivo estado. O conjunto destes trabalhos subsidiará a elaboração do relatório sistêmico sobre Desenvolvimento, com recorte Nordeste.

Principais ações de controle – Área social

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
1	Fiscalização 013.388/2015-0 Min. José Múcio 016.215/2015-0 Min. Subst. Augusto Sherman 013.781.2015-4 Min. Subst. Marcos Bemquerer 016.165/2015-2 Min. Walton Alencar 017.516/2015-3 Min. Raimundo Carreiro 011.470/2015-1 Min. Subst. Marcos Bemquerer 017.360/2015-3 Min. Subst. André Luís 014.754/2015-0 Min. Vital do Rêgo	Levantamento com objetivo de apresentar um panorama de cada um dos estados do Nordeste contemplando uma visão ampla e abrangente de sua situação geográfica e econômico-social, incluindo o mapeamento dos desafios locais para seu desenvolvimento (em seus aspectos econômico, social, inclusivo e sustentável), bem como uma síntese do conjunto de ações de controle relevantes realizadas pelo Controle Externo com foco no território do respectivo estado.	Em andamento
2	020.126/2015-8 Min. José Múcio	Relatório sistêmico sobre o tema Desenvolvimento, com recorte na Região Nordeste, com o objetivo de produzir diagnóstico sistêmico sobre a referida região e as políticas de desenvolvimento a ela destinadas; além de apresentar o panorama local, contempla uma visão ampla e abrangente de sua situação geográfica e econômico-social, inclui o mapeamento dos desafios locais para seu desenvolvimento, bem como uma síntese do conjunto de ações de controle relevantes realizadas na região.	Em andamento
3	Fiscalização 009.285/2015-6 Min. Vital do Rêgo	Auditoria coordenada com os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios com objetivo de avaliar os regimes próprios de previdência dos referidos entes em questões afetas aos seus controles administrativos e operacionais, entre outros.	Em andamento
4	Fiscalização 011.350/2015-6 Min. Ana Arraes	Acompanhamento com o objetivo de construir metodologia/sistemática para fiscalização das metas do PNE 2014-2024.	Em andamento

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
5	Fiscalização 011.748/2015-0 Min. Raimundo Carreiro	Levantamento no Ministério da Fazenda, Ministério da Previdência Social, Ministério da Saúde, Ministério da Defesa, Ministério da Educação e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, podendo se estender a outros órgãos e entidades relacionados, com o objetivo de avaliar o nível de gestão financeira dos ministérios federais, visando verificar a auditabilidade das demonstrações financeiras.	Em andamento
6	Fiscalização 008.089/2015-9 Min. Ana Arraes	Levantamento no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e nas principais ações governamentais de capacitação profissional para, entre outros pontos, identificar fragilidades e riscos operacionais e de conformidade associados aos programas de capacitação profissional e avaliar a viabilidade da realização de uma avaliação de impacto com escopo a ser definido.	Em andamento
7	Fiscalização 010.947/2015-9 Min. Vital do Rêgo	Acompanhamento contínuo de benefícios previdenciários com o objetivo de identificar indícios de irregularidades.	Em andamento
8	Fiscalização 030.760/2015-1 022.036/2015-6 Min. Weder de Oliveira	Acompanhamento contínuo de benefícios assistenciais e trabalhistas com o objetivo de identificar indícios de irregularidades.	Em andamento
9	Fiscalização 011.770/2015-5 Min. Bruno Dantas	Levantamento de governança e gestão em saúde, coordenado com outros tribunais de contas, com o objetivo de obter e sistematizar informações sobre governança e gestão da saúde nas organizações públicas das esferas estadual e municipal em todo o país.	Em andamento
10	Fiscalização 014.248/2015-8 Min. Subst. Weder de Oliveira	Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC – Levantamento da Transparência no Sistema S) com objetivo geral de verificar o nível de transparência apresentado pelas entidades do Sistema S em relação a suas operações, em especial quanto às receitas, despesas, demonstrações contábeis e resultados, incluindo nesse contexto o nível de atendimento aos mandamentos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).	Em andamento

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
11	Fiscalização 021.654/2014-0 Min. Augusto Nardes	Levantamento no Sistema Nacional do Desporto, com destaque para o Comitê Olímpico do Brasil (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), a Confederação Brasileira de Clubes (CBC) e as entidades de administração do desporto (confederações), suas fontes de financiamento, formas de aplicação dos recursos públicos recebidos, controles e resultados, com objetivo de compreender o funcionamento do citado Sistema, a fim de evidenciar pontos críticos que possam direcionar futuras fiscalizações do Tribunal.	Concluída Acórdão 1785/2015- TCU-Plenário
12	Solicitação do Congresso Nacional 003.613/2015-1 Min. Bruno Dantas	Atendimento à Solicitação do Congresso Nacional de avaliação quanto aos problemas e gargalos operacionais da Política Nacional de Assistência à Saúde Integral da Mulher, como: exame de mamografia realizado no SUS; motivos da baixa cobertura do exame de mamografia na população-alvo; motivos do aumento da taxa de mortalidade do câncer de mama; serviços de anatomia patológica credenciados pelo SUS; rede de atendimento credenciada pelo SUS, entre outros.	Em andamento
13	Fiscalização 009.253/2015-7 Min. Bruno Dantas	Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC – Impacto da judicialização das ações em saúde) com objetivo de identificar o perfil, o volume e o impacto das ações judiciais na área da saúde, bem como investigar a atuação do Ministério da Saúde e de outros órgãos e entidades dos três poderes a fim de mitigar seus efeitos nos orçamentos e no acesso dos usuários à assistência à saúde, bem como a situação nos estados.	Em andamento
14	Fiscalização 010.604/2014-6 Min. Augusto Nardes	Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC – Atividade pericial e concessão de benefícios por incapacidade) com objetivo de avaliar os procedimentos e controles relacionados à concessão de benefícios por incapacidade no que tange à atividade pericial no INSS.	Concluída Acórdão 594/2015-TCU- Plenário
15	Fiscalização 013.478/2015-0 014.855/2015-1 014.435/2015-2 014.864/2015-0 Min. Bruno Dantas	Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC – Semiárido) com objetivo de acompanhar ações e programas, previstos no PPA 2012-2015, que contemplem a execução de empreendimentos para oferta de água na Região do Semiárido.	Em andamento

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
16	Fiscalização 024.643/2014-9 Min. Subst. Marcos Bemquerer	Auditoria de conformidade com objetivo de avaliar a legalidade e legitimidade dos atos de gestão relativos à utilização dos recursos federais transferidos a municípios pernambucanos com os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como verificar o andamento das obras relacionadas à função educação dos municípios envolvidos.	Concluída Acórdão 1521/2015- TCU-Plenário
17	Fiscalização 013.327/2015-1 Min. Subst. Marcos Bemquerer	Acompanhamento, por meio de sistemas informatizados (Siafi, Tesouro Gerencial, Siconv etc.), da aplicação de recursos descentralizados pela União ao estado do Piauí (valores superiores a R\$ 10 milhões) para ações nas áreas de educação e gestão ambiental.	Em andamento
18	Fiscalização 032.519/2014-1 Min. Bruno Dantas	Auditoria operacional com objetivo de avaliar a eficácia das ações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebsehr) voltadas para melhoria da gestão e da infraestrutura dos hospitais universitários, bem como para substituição dos trabalhadores terceirizados que atuam nessas unidades hospitalares.	Em andamento
19	Fiscalização 007.444/2015-0 014.109/2015-8 Min. Bruno Dantas	Auditoria operacional para atendimento à Solicitação do Congresso Nacional, com o objetivo de examinar a efetividade dos procedimentos de controle adotados pelo Ministério da Saúde no que tange à aquisição e utilização de órteses, próteses e materiais especiais (OPME).	Em andamento
20	Fiscalização 009.796/2015-0 Min. Ana Arraes	Auditoria de conformidade com objetivo de analisar a legalidade e a legitimidade dos termos celebrados para implantação da unidade "Campus do Cérebro" da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bem como verificar a destinação dos equipamentos adquiridos e dos prédios construídos.	Em andamento
21	Fiscalização 007.684/2015-0 Min. Raimundo Carreiro	Auditoria de conformidade na Companhia de Docas da Bahia (Codeba) com objetivo de verificar a regularidade das despesas incorridas com dívidas trabalhistas.	Em andamento

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
22	Fiscalização 013.566/2015-6 Min. Benjamin Zymler	Auditoria operacional na Política Nacional de Saúde Mental com o objetivo de avaliar a gestão dos recursos federais recebidos pelos governos municipais e estadual no Paraná, verificar os principais obstáculos encontrados no enfrentamento da precariedade da atenção à saúde mental e as principais oportunidades e soluções para empreender uma mudança efetiva no modelo de assistência tradicional daquela política.	Em andamento
23	Fiscalização 029.223/2014-8 029.225/2014-0 029.221/2014-5 029.226/2014-7 029.228/2014-0 Min. Walton Alencar	Auditoria de conformidade na regulação em saúde em municípios de Anápolis, Goiânia, Catalão, Jataí e Luziânia, com o objetivo de verificar a implementação dos complexos reguladores a cargo do Município de Anápolis/GO, previstos na ação "Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade", e no "Programa Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada".	Concluída Acórdãos 644, 645, 647 e 648/2015-TCU-Plenário
24	Fiscalização 028.227/2013-1 Min. Raimundo Carreiro	Acompanhamento dos critérios de fixação dos preços unitários nas compras de medicamentos pelo Estado de Mato Grosso: aplicação de jurisprudência inovadora, uso da curva de Pareto, comparações com Banco de Preços em Saúde, aquisições anteriores, entre outros.	Concluída Acórdão 1863/2015-TCU-Plenário
25	Fiscalização 010.447/2015-6 Min. Subst. André Luís	Auditoria de conformidade com o objetivo de verificar a boa e regular aplicação dos recursos federais transferidos aos municípios tocantinos por conta do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).	Em andamento
26	Fiscalização 013.672/2015-0 Min. Subst. Weder de Oliveira	Auditoria operacional no Departamento Regional do Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo (Sesi/SP), com o objetivo de avaliar o desempenho da entidade, quanto à eficácia, eficiência e efetividade das ações na área de educação, verificando em que medida os objetivos institucionais da entidade vêm sendo atingidos.	Em andamento
27	Fiscalização 014.275/2015-5 Min. Ana Arraes	Levantamento em universidades federais localizadas em Minas Gerais, com o objetivo de identificar, conhecer e sistematizar os principais aspectos administrativos de pelo menos três universidades, para subsidiar futuras ações de controle no âmbito da Secex/MG.	Em andamento

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
28	Fiscalização 011.030/2015-1 Min. Weder de Oliveira	Fiscalização de Orientação Centralizada (FOC) – Controle na Operacionalização da Política Nacional de Assistência Social - Papel dos Conselhos de Assistência Social,	Em andamento.
29	Fiscalização 031.235/2015-8 Min. Vital do Rêgo	Auditoria financeira nas contas do Regime Geral de Previdência Social.	Em andamento
30	Fiscalização 029.252/2015-6 Min. Weder de Oliveira	Monitoramento operacional na Fundação Nacional de Saúde, podendo se estender a outros órgãos e entidades relacionados, com o objetivo de dar continuidade ao monitoramento das determinações e recomendações proferidas nos Acórdãos 2.067/2008-TCU-Plenário e 2.697/2011-TCU-Plenário, levando em consideração as inovações trazidas pela Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	Em andamento
31	Fiscalização 023.176/2015-6 Min. Bruno Dantas	Auditoria operacional para avaliar a atuação da ANS ante as competências estabelecidas na Lei 9.961/2000 (art. 4º, inc. XXIII, XXVI, XXVII, XXIX, XXXIX e XLI), traduzidas no poder-dever de a agência fiscalizar as operadoras dos planos de saúde nos aspectos técnico-assistencial e econômico- financeiro, bem como de aplicar a elas sanções pelo descumprimento das disposições da Lei 9.656/1998, considerando, em especial, apontamentos do Relatório de Levantamento objeto do TC 014.971/2011-9. A auditoria é decorrente do Acórdão nº 2345/2012 - Plenário (TC14971/2011-9)	Em andamento
32	Fiscalização 025.384/2015-5 Min. Ana Arraes	Auditoria Coordenada com o objetivo de avaliar, com a participação dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, a qualidade e a disponibilidade das instalações e equipamentos das escolas públicas de Ensino Fundamental, a conformidade da aplicação dos recursos recebidos pela escola no âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e do Plano de Ações Articuladas (PAR-infraestrutura) e os respectivos controles do MEC e do FNDE, qualificando as informações prestadas pela escola ao Censo Escolar da Educação Básica.	Em andamento
33	Fiscalização 023.922/2015-0 Min. Vital do Rego	Auditoria de conformidade em Confederações, Comitês Olímpico (COB) e Paralímpico (CPB) e na Confederação Brasileira de Clubes (CBC).	Em andamento

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
34	Fiscalização 008.089/2015-9 Min. Ana Arraes	Levantamento com o objetivo de conhecer as principais ações relacionadas ao Pronatec e as principais ações governamentais de capacitação profissional para, entre outros pontos, identificar fragilidades e riscos operacionais e de conformidade associados aos programas de capacitação profissional e avaliar a viabilidade da realização de uma avaliação de impacto.	Concluída Acórdão 3330/2015 – TCU – Plenário
35	Fiscalização 024.329/2015-0 Min. Ana Arraes	Processo consolidador das fiscalizações que compõem a Fiscalização de Orientação Centralizada no Pronatec, que visa verificar a regularidade de ações relacionadas com os cursos oferecidos na iniciativa Bolsa-Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Bolsa-Formação), financiadas por meio da transferência de recursos da União.	Em andamento
36	Fiscalização 019.154/2015-1 Min. Ana Arraes	Auditoria operacional no Pronatec, com o objetivo de avaliar aspectos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, e, simultaneamente, dar suporte à utilização da técnica de avaliação de impacto em ações do programa.	Em andamento
37	Fiscalização 013.566/2015-6 Min. Benjamin Zymler	Fiscalização com o objetivo de verificar os principais obstáculos de Estados e Municípios da Região Sul encontrados no enfrentamento da precariedade da atenção à saúde mental, e as principais oportunidades e soluções para empreender uma mudança efetiva no modelo de assistência tradicional, nos termos da Política Nacional de Saúde Mental.	Em andamento

4.3 - Ações relacionadas à área de desenvolvimento nacional

A área de Desenvolvimento Nacional compreende múltiplos e variados temas que podem ser reunidos nos seguintes grandes grupos: sistema financeiro nacional, macroavaliação do Governo Federal, agricultura, meio ambiente, desenvolvimento agrário, ciência, tecnologia e inovação, desenvolvimento industrial e comércio exterior e turismo.

Ao elaborar o planejamento das ações a serem realizadas em 2015 e 2016, foi dada ênfase aos temas transversais que abrangessem não só o desenvolvimento regional e nacional que compõem essa coordenação, como também os temas relacionados a outras coordenações.

Em continuidade ao planejamento feito em 2014, quando foram levantados mais de cem desafios para o desenvolvimento nacional, por meio do sistema de cadastramento de desafios, e também mais de setenta itens considerados riscos ou oportunidades de melhoria para a região Norte, obtidos em trabalho de produção de conhecimento realizado por todas as secretarias da região, foi

elaborada relação de macrodesafios com a participação das secretarias da sede, conforme a seguir: desburocratizar e destravar o desenvolvimento nacional, aumentar a efetividade e eficiência das políticas públicas, estimular a produtividade e a inovação, incrementar a competitividade e incentivar a sustentabilidade e a redução de desigualdades e fortalecer a estabilidade macroeconômica.

Considerando esses macrodesafios, foram propostos trabalhos dos quais se destacam, entre aqueles relacionados ao tema sistema financeiro nacional, o **exame da legalidade da aplicação dos recursos públicos pelas instituições financeiras federais** e avaliação da eficiência e da eficácia dos mecanismos utilizados pelas entidades responsáveis pela **supervisão do sistema bancário brasileiro**. Também foram previstas ações de controle com o objetivo de fomentar o fortalecimento da **gestão e governança dos órgãos e entidades do Ministério da Fazenda**, com foco em riscos e controles internos, além de trabalhos com vistas a realizar diagnósticos sobre a **sustentabilidade das fontes de recursos utilizadas para o financiamento de políticas públicas regionais**. Além desses, destaca-se também os trabalhos realizados com a finalidade de apurar as causas e consequências do aumento da dívida interna federal no período de 2011 a 2014. Trata-se de iniciativas que buscam induzir a regularidade, a eficiência e a transparência do financiamento de políticas públicas e do sistema financeiro nacional.

Com relação ao tema do segundo grupo, macroavaliação do Governo Federal, apresenta-se como principal destaque a emissão de **parecer prévio conclusivo acerca das contas prestadas pela Presidente da República**, que teve um primeiro acórdão proferido em 17/6/2015 e que, pela primeira vez, concedeu prazo à Presidente da República para apresentação de contrarrazões às ressalvas apontadas. Após análise das contrarrazões apresentadas foi proferido o Acórdão 2461/2015-TCU-Plenário, em 14/10/2015, que **aprovou o Parecer Prévio sobre as contas prestadas pela Presidente da República**, considerando que as Contas não estavam em condições de serem aprovadas, e recomendando sua rejeição pelo Congresso Nacional. Merecem destaque também os trabalhos que possibilitam a emissão desse parecer, como o acompanhamento e análise do Relatório de Gestão Fiscal, a emissão de opinião sobre a credibilidade do Balanço Geral da União (BGU) e o acompanhamento dos Resultados Fiscais da União como exame do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

No terceiro grupo, resumido nos temas agricultura, meio ambiente e desenvolvimento agrário, buscou-se realizar trabalhos que permitissem analisar as ações governamentais relacionadas à **gestão das áreas protegidas e unidades de conservação (UC)**. Esse trabalho foi realizado em parceria com onze Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) e a fiscalização foi apreciada por meio do Acórdão 1206/2015-TCU-Plenário. Destaca-se, como resultado, a recomendação ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para que apresente planos de ação contendo medidas para implementar mecanismos de monitoramento do desmatamento para os biomas caatinga, cerrado, mata atlântica, pampa e pantanal, que forneçam informações atualizadas e sistematizadas da cobertura vegetal existente nesses biomas, em especial a presente nas unidades de conservação, contendo as medidas a serem adotadas, os responsáveis pelas ações e o prazo previsto para sua implementação.

Ainda sobre esse tema, destaca-se que 2015 foi declarado pelas Nações Unidas o Ano Internacional dos Solos, e, aproveitando a oportunidade, desenvolveu-se trabalho que buscou

avaliar as **políticas e iniciativas relacionadas à gestão territorial e à promoção da sustentabilidade do solo e da água.**

Também neste mesmo grupo podemos destacar levantamentos que tinham como objetivo obter informações para melhor planejamento do controle externo referente à gestão federal de crise hídrica, bem como para avaliar o processo de seleção e manutenção de beneficiários da reforma agrária.

Com relação ao tema descrito no quarto grupo, ciência, tecnologia e inovação, desenvolvimento industrial e comércio exterior e turismo, cabe destacar as linhas de ação com vistas a i) caracterizar e avaliar aspectos de formulação, implementação e/ou resultados de políticas públicas por meio de diagnósticos sistêmicos – ações para o fomento à ciência, pesquisa e inovação, conduzidas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e entidades vinculadas; ii) contribuir para a redução da burocracia e para alavancar o ambiente de negócios e a competitividade; e iii) avaliar a estratégia governamental para a redução do déficit nas balanças comercial e turismo. Quanto a esse último item, cabe destacar o **levantamento de escopo amplo sobre micro e pequenas empresas no Brasil**, que busca construir visão geral sobre as Micros e Pequenas Empresas (MPE), e, assim, permitir a realização de diagnóstico da situação atual.

Em consonância com trabalhos desenvolvidos pela área social, a área de desenvolvimento nacional também incluiu questões relacionadas ao desenvolvimento econômico sob a perspectiva inovadora, do ponto de vista de delimitação de escopo, do aspecto territorial das políticas públicas, a fim de realizar diagnóstico sistêmico da eficiência de políticas públicas do governo federal executadas na região Norte e mapear os desafios locais para o desenvolvimento inclusivo e sustentável daquela região. Neste sentido foram realizados levantamentos por todas as secretarias da região Norte, dos quais dois já foram apreciados, sendo que em um deles o Ministro Relator determinou que a Segecex estenda os trabalhos a todas as unidades da federação.

Principais ações de controle – Área de desenvolvimento nacional

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
1	Fiscalização 020.372/2014-0 Min. José Múcio	Auditoria na gestão de riscos na Embrapa.	Concluída Acórdão 2524/2016- TCU-Plenário
2	Fiscalização 011.645/2015-6 Min. Raimundo Carreiro	Auditoria com o objetivo de avaliar a atual estrutura organizacional do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (CARF), bem como das alterações promovidas com vistas à melhoria da gestão, em face das fragilidades reveladas pela Operação Zelotes.	Em andamento

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
3	Representação 026.675/2013-7 Min. Walton Alencar	Representação do MPTCU para apurar possíveis irregularidades relativas a eventuais afrontas à Lei de Responsabilidade Fiscal e prejuízos à instituição financeira no âmbito do Programa Minha Casa Melhor, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal.	Concluída Aguardando posicionamento do Ministro Relator
4	Fiscalização 001.636/2015-4 Min. Raimundo Carreiro	Auditoria das demonstrações financeiras do Ministério da Fazenda com o objetivo de evidenciar a situação patrimonial ao final do exercício de 2014 e os resultados patrimonial, financeiro e orçamentário.	Em andamento
5	Representação 008.695/2015-6 Min. Raimundo Carreiro	Representação do MPTCU, com pedido de medida cautelar, para examinar as operações de crédito realizadas e a realizar pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil com a empresa Sete Brasil, relativas à construção de sondas para a exploração do Pré-Sal.	Em andamento
6	Fiscalização 016.711/2015-7 Min. Subst. Weder de Oliveira 013.329/2015-4 Min. Subst. Marcos Bemquerer 016.311/2015-9 Min. Ana Arraes 013.493/2015-9 Min. José Múcio 017.585/2015-5 Min. Subst. Weder de Oliveira 017.355/2015-0 Min. Subst. André Luís 017.935/2015-6 Min. Subst. André Luís	Levantamento com o objetivo de apresentar panorama dos estados da Região Norte, contemplando uma visão ampla e abrangente de sua situação geográfica e econômico-social, incluindo o mapeamento dos desafios locais para seu desenvolvimento (em seus aspectos econômico, social, inclusivo e sustentável), bem como uma síntese do conjunto de ações de controle relevantes realizadas pelo controle externo com foco no território da unidade da federação.	TC 017.355/2015-0 e 017.935/2015-6 concluídos com Acórdãos 44/2016 e 2358/2015-TCU-Plenário Demais processos em andamento
7	Fiscalização 006.762/2014-0 Min. Subst. Marcos Bemquerer	Auditoria coordenada com onze EFS da América Latina com o objetivo de analisar as ações governamentais relacionadas à gestão das áreas protegidas – Unidades de Conservação (UC).	Concluída Acórdão 1206/2015-TCU-Plenário

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
8	Fiscalização 021.212/2014-7 Min. Walton Alencar	Levantamento de auditoria nas políticas e iniciativas federais relacionadas à gestão territorial e à promoção da sustentabilidade do solo e da água, com o objetivo de avaliar a maneira pela qual o Estado Brasileiro exerce a administração de seus recursos econômicos e sociais, com vistas a regular o uso – compreendendo propriedade, território e manejo – e gerir a conservação e a recuperação de seus solos não urbanos.	Concluída Acórdão 1745/2015-TCU- Plenário
9	Fiscalização 011.713/2015-1 Min. Walton Alencar	Auditoria operacional para avaliar os aspectos de institucionalização, planos, objetivos, coordenação, coerência e monitoramento acerca dos solos brasileiros, adotando como critério o Referencial de Governança de Políticas Públicas do TCU.	Concluída Acórdão Nº 1942/2015-TCU- Plenário
10	Fiscalização 010.827/2015-3 Min. José Múcio	Acompanhamento com o objetivo de avaliar os resultados fiscais da União ao longo do exercício de 2015, com foco em despesas obrigatórias, arrecadação, restos a pagar e contingenciamento, abrangendo a execução orçamentária e financeira federal do primeiro quadrimestre de 2015, cujos resultados foram divulgados pelo Poder Executivo no último mês de maio.	Concluída Acórdão 2823/2015-TCU- Plenário (houve interposição de recurso)
11	Fiscalização 011.704/2015-2 Min. José Múcio	Acompanhamento das publicações e do envio a esta Corte de Contas dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) concernentes ao primeiro quadrimestre de 2015 pelos titulares dos Poderes e órgãos da esfera federal, com objetivo de verificar o cumprimento do disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – que determina que os RGF deverão ser emitidos pelos titulares dos Poderes e órgãos autônomos da União, publicados trimestralmente e disponibilizados ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder – bem como de analisar o conteúdo neles divulgado.	Concluída Acórdão 2891/2015-TCU- Plenário
12	Fiscalização 011.748/2015-0 Min. Raimundo Carreiro	Levantamento com o objetivo de garantir alto nível de segurança na emissão de opinião de auditoria sobre a credibilidade do Balanço Geral da União por meio da integração das competências constitucional e legal de certificação das contas ordinárias e de governo e da ampliação gradual da quantidade de demonstrações financeiras auditadas.	Em andamento

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
13	Fiscalização 011.846/2015-1 Min. Augusto Nardes	Levantamento com o objetivo de investigar a estrutura de governança, a atribuição de responsabilidade e os controles internos das renúncias de receitas afetas aos Jogos Olímpicos de 2016 (Lei 12.780/2013), englobando os seguintes componentes do modelo de avaliação de governança em políticas públicas do TCU: institucionalização, planos e objetivos, coordenação e coerência, gestão de riscos e controle interno e <i>accountability</i> .	Concluída Aguardando posicionamento do Ministro Relator
14	Fiscalização 013.310/2015-1 Min. Walton Alencar	Levantamento no Ministério da Fazenda, na Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, na Secretaria da Micro e Pequena Empresa, no Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Departamento Nacional, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior com o objetivo de construir visão geral sobre as Micros e Pequenas Empresas (MPE) no Brasil, visando identificar, entre outros aspectos: a) os principais agentes governamentais que atuam na política de apoio às MPE; b) as principais ações governamentais e os recursos públicos envolvidos (despesas e renúncias). Além disso, busca realizar um diagnóstico da situação atual das MPE, considerando questões qualitativas e quantitativas.	Em andamento
15	Contas do Governo 005.335/2015-9 Min. Augusto Nardes	Apreciação e emissão de parecer prévio conclusivo acerca das contas prestadas pela Presidente da República, etapa fundamental no processo de controle externo da gestão pública brasileira, por oferecer ao Poder Legislativo elementos técnicos essenciais para o julgamento das contas da chefe do Poder Executivo.	Concluída Acórdão 2461/2015-TCU-Plenário
16	Acompanhamento 003.330/2015-0 Min. Bruno Dantas	Processo de acompanhamento com vistas à análise da legalidade da aquisição de participação acionária na CPMBraxis Capgemini, empresa brasileira de serviços de tecnologia da informação, pela Caixa Participações (CaixaPar), em face dos objetivos do negócio e da permissão concedida pela Lei 11.908/2009.	Concluída Aguardando posicionamento do Ministro Relator
17	Fiscalização 003.880/2015-0 Min. Raimundo Carreiro	Auditoria no Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) em atendimento à Solicitação do Congresso Nacional para avaliação da aplicação dos recursos do FCDF no período de 2011 a 2014.	Em andamento
18	Fiscalização 011.669/2015-2 Min. Raimundo Carreiro	Auditoria operacional com objetivo de analisar a eficiência e a eficácia da supervisão bancária do Banco Central do Brasil (Bacen) no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF).	Em andamento

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
19	Fiscalização 011.432/2015-2 Min. Raimundo Carreiro	Auditoria operacional nos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, nas Superintendências do Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Nordeste e da Amazônia, no Banco da Amazônia, no Banco do Brasil, no Banco do Nordeste e na Caixa Econômica Federal, com o objetivo de identificar os riscos para a sustentabilidade e a eficiência do financiamento regional.	Em andamento
20	Fiscalização 013.269/2015-1 Min. Raimundo Carreiro	Auditoria de conformidade no Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) com o objetivo de avaliar a adequação dos procedimentos adotados relativos à concessão de créditos com recursos administrados pelo Banco.	Em andamento
21	Fiscalização 001.554/2015-8 Min. Subst. André Luís	Levantamento no Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de identificar os principais atores institucionais, programas, ações, arcabouço legal e normativo que possibilitem um planejamento do controle externo referente à gestão federal de crise hídrica.	Concluída Aguardando pronunciamento do Ministro Relator
22	Fiscalização 007.723/2015-6 Min. Subst. Augusto Sherman	Levantamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para avaliar o processo de seleção e manutenção da relação de beneficiários da reforma agrária.	Concluída Acórdão 2028/2015-TCU- Plenário
23	Fiscalização 017.537/2015-0 Min. Subst. Weder de Oliveira	Levantamento na Secretaria do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SDP/MDIC) com o objetivo de conhecer e descrever as atribuições e atividades empreendidas pela SDP/MDIC para a consecução de suas competências legais, em especial aquelas relacionadas ao "desenvolvimento produtivo".	Em andamento
24	Fiscalização 030.814/2015-4 Min. Vital do Rêgo	Auditoria operacional no Ministério do Turismo para avaliar a efetividade da aplicação dos recursos federais destinados às localidades que abrigam sítios ou conjuntos declarados patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).	Em andamento
25	Fiscalização 011.919/2015-9 Min. Raimundo Carreiro	Auditoria operacional no Banco Central do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional com o objetivo de apurar as causas e consequências do aumento da dívida interna federal no período de 2011 a 2014.	Em andamento
26	Fiscalização 007.722/2015-0 Min. Raimundo Carreiro	Auditoria operacional no Banco Central do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Secretaria do Tesouro Nacional, com o objetivo de avaliar o impacto das operações com títulos públicos emitidos diretamente ao BNDES, de 2008 a 2014, nos custos da dívida pública mobiliária federal.	Em andamento

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
27	Fiscalização 020.367/2014-7 Min. José Múcio	Levantamento com o objetivo de identificar os critérios de previsão de indicadores macroeconômicos para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), comparar valores previstos com os realizados e avaliar os efeitos das eventuais distorções sobre as finanças públicas.	Concluída Acórdão 1723/2015- TCU-Plenário
28	Fiscalização 020.764/2015-4 Min. José Múcio	Acompanhamento dos resultados fiscais da União, com exame do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.	Concluída Acórdão 3324/2015- TCU-Plenário

4.4 – Ações relacionadas à área de infraestrutura

Os empreendimentos da área de infraestrutura envolvem os setores de petróleo e gás, de energia, de infraestrutura urbana, de habitação, de comunicação, de obras hídricas e de transportes em seus diversos modais (rodoviário, aéreo, aquaviário, ferroviário, metroviário). Nesse cenário, importa enfatizar que o controle externo realizado pelo TCU na área de infraestrutura vai além da auditoria de obras públicas. Com efeito, fiscalizam-se as concessões de serviços públicos, a gestão e a governança das entidades públicas que atuam no setor e o exame empreendido no tocante a atos e contratos, que abarca as vertentes operacional e de regularidade.

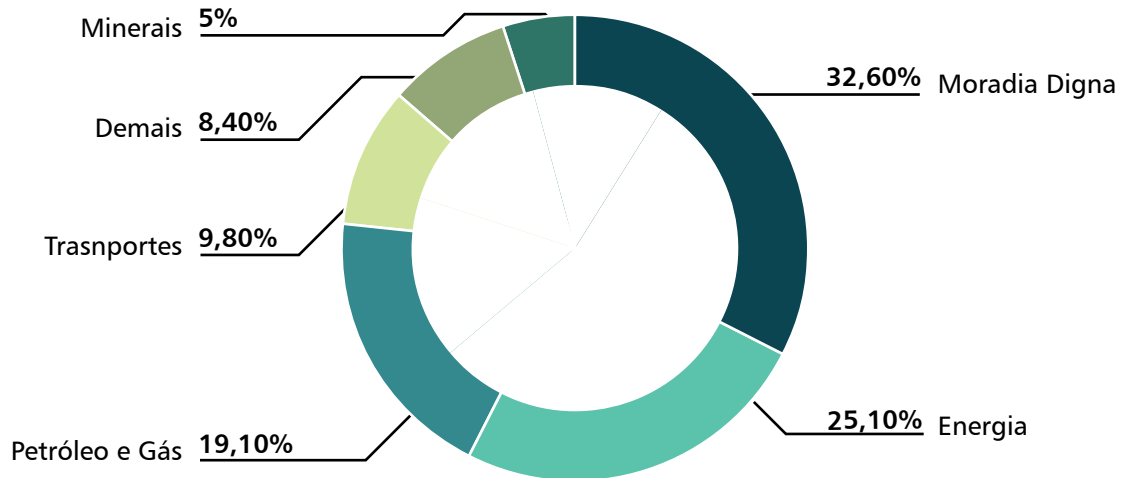
A superação dos desafios colocados no setor da infraestrutura nacional interessa especialmente à sociedade, que ganha com o aumento na qualidade da prestação do serviço. De modo reflexo, a superação dos desafios também interessa ao setor produtivo, o qual tem operado com elevados custos resultantes de infraestrutura pouco apropriada para os padrões de competitividade exigidos no mercado global.

Estudos produzidos por diversas entidades e pelos diferentes setores da sociedade que demandam infraestrutura adequada para o exercício de suas atividades produtivas retratam, cada qual com seus matizes, os gargalos que estão a impedir ganhos de produtividade para o país.

No tocante à Administração Pública, a agenda governamental relativa ao setor em análise está descrita, em sua dimensão estratégica, no PPA 2012-2015. O macrodesafio lá posto consiste na expansão da infraestrutura, garantindo a integração nacional e com os países da América do Sul.

Considerando apenas o montante de recursos alocados em programas temáticos do PPA 2012-2015, é possível verificar a relevância da área de infraestrutura no contexto do planejamento de longo prazo do Governo Federal. Com efeito, essa área concentra 26% dos recursos dos Programas Temáticos, que estão distribuídos, principalmente, entre os Programas Moradia Digna, Petróleo e Gás, Energia Elétrica e Transportes. O gráfico a seguir ilustra a participação relativa dos principais grupos de programas da área.

Alocação de Recursos: Área de Infraestrutura



Diante desse quadro e a partir dos estudos setoriais e dos planos de governo, deu-se início a um conjunto principal de ações de controle, relacionadas na tabela adiante, dentre as quais se destacam:

- No setor portuário: auditoria operacional no **processo de elaboração do plano mestre do Porto de Santos**. O plano mestre é o instrumento de planejamento que define como se dará o desenvolvimento e a expansão do porto. A auditoria encontra-se em andamento com previsão de término até março de 2016.
- No setor aeroportuário: auditoria sobre as atuações da Secretaria de Aviação Civil, da Anac e da Infraero visando à melhoria da **qualidade dos serviços prestados aos usuários nos aeroportos brasileiros** e auditoria operacional na Empresa Brasileira de Infraestrutura (Infraero) com o objetivo de avaliar a **sustentabilidade financeira da agência reguladora** frente às novas concessões de aeroportos.
- No setor ferroviário: fiscalização, na modalidade acompanhamento, dos **atos praticados pelo Conselho de Administração da VALEC Engenharia**, tendo por objetivo avaliar a efetiva atuação do referido como instância de governança daquela empresa pública.
- No setor rodoviário: fiscalização de conformidade em **projetos do programa Crema 2ª Etapa – BR 262, no Mato Grosso do Sul**. Também destaca-se a fiscalização, na modalidade acompanhamento, da atuação da ANTT na aprovação dos **investimentos previstos na primeira etapa de concessões rodoviárias**.
- No segmento de transporte hidroviário: auditoria operacional – **Fisc Hidrovias**, com o objetivo de avaliar a governança do Plano Hidroviário Estratégico (PHE), os principais desafios e gargalos desse setor.

- Em relação à habitação e infraestrutura urbana: auditoria sobre a **execução do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV)** com foco nos controles internos da Caixa Econômica, na vertente Operações de Mercado (FGTS).
- No setor de energia: monitoramento da auditoria sobre segurança energética com vistas a acompanhar as ações do Ministério das Minas e Energia, da Empresa de Pesquisa Energética e da Agência Nacional de Energia Elétrica referentes ao **leilão a-5 de 2015**, para contratação de energia elétrica para o ano de 2020, bem como a avaliação dos planos de ação encaminhados pelos órgãos auditados no sentido de promover a **melhoria da segurança energética do setor elétrico**. Ainda no setor de energia, destacamos o Acompanhamento da revisão do **contrato de cessão onerosa, firmado em 2010 entre a União e a Petróleo Brasileiro S.A.** Esse contrato tem por objeto a cessão onerosa, à cessionária (Petrobras), do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos localizados na área do pré-sal, limitado à produção de cinco bilhões de barris equivalentes de petróleo.

Finalmente, registram-se as atividades realizadas pelo **grupo de trabalho Lava-Jato** descritas no Capítulo 1, tópico Combate à corrupção e a outras irregularidades, com destaque para a apreciação do TC 005.081/2015-7, no qual o tribunal empregou técnicas econométricas para apurar prejuízos resultantes da atuação de cartel nas licitações conduzidas pela diretoria de abastecimento da Petrobras.

Relativamente à estrutura da Coinfra, que foi modificada no início da presente gestão ao unir, sob uma mesma secretaria, equipes das antigas Secob e Sefid, a Coordenação identificou a necessidade de dar início a uma avaliação dos resultados já obtidos com a nova estrutura. O trabalho está em curso e conta com o apoio da Seplan e Dinpla. Nele avaliam-se aspectos relativos à atual organização interna, processos de trabalho, liderança, competências técnicas e gerenciais e capacidade operacional, de modo que as unidades da Coinfra possam responder de maneira tempestiva e efetiva aos desafios externos atualmente apresentados ao Tribunal.

Principais ações de controle – Área de infraestrutura

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
1	Levantamento 010.546/2009-4 Min. Subst. André Luís	Levantamento (iniciado em 2009) com o objetivo de fiscalizar as obras de modernização e adequação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar). Diante do compartilhamento de informações no âmbito da Operação Lava-Jato, empreende-se uma reanálise dos preços praticados pela Repar.	Concluída Acórdãos 2163 e 2543/2015-TCU-Plenário

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
2	Fiscalização 004.025/2011-3 Min. Benjamin Zymler	Auditoria de conformidade com o objetivo de reanalisar preços no contrato da Unidade de Coqueamento Retardado (UCR) da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em razão de compartilhamento de provas advindas da Operação Lava-Jato.	Concluída Acórdão 1990/2015-TCU- Plenário
3	Levantamento 003.025/2015-2 Min. José Múcio	Levantamento com objetivo de avaliar as medidas emergenciais adotadas para conter ou mitigar os riscos de insuficiência de oferta de energia elétrica, seja em decorrência do volume de chuvas abaixo da média histórica, seja por problemas de gestão do setor elétrico.	Concluída Acórdão 2519/2015-TCU- Plenário
4	Fiscalização 008.509/2015-8 Min. Augusto Nardes	Relatório sistêmico do setor hidroviário – Fisc Hidrovias – Navegação Interior com objetivo de realizar diagnóstico abrangente do setor hidroviário brasileiro e a avaliação da governança do Plano Hidroviário Estratégico (PHE), envolvendo o exame da situação das hidrovias brasileiras; do histórico dos investimentos no setor; dos principais gargalos e desafios para o setor e do planejamento e da execução do PHE.	Concluída Aguardando pronunciamento do Ministro Relator
5	Fiscalização 011.325/2015-1 Min. José Múcio	Acompanhamento da revisão do Contrato da Cessão Onerosa 2010 firmado entre a União e a Petrobrás. O citado contrato, fixado em R\$ 74.807.616.407,00, tem cláusula que prevê a revisão dos seguintes itens: a) valor; b) volume máximo; c) vigência; e d) percentuais mínimos de conteúdo local. A revisão do contrato iniciou-se em dezembro de 2014.	Em andamento
6	Fiscalização 016.801/2015-6 Min. Subst. Augusto Sherman	Auditoria coordenada com EFS integrantes da <i>Organización Latinoamericana y del Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Olacefs)</i> com objetivo de fiscalizar as obras de habitação do Programa Minha Casa Minha Vida, tendo por base os critérios especificados no documento <i>Guidelines on Social Housing</i> , elaborado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (Unece), da Organização das Nações Unidas (ONU).	Em andamento
7	Fiscalização 010.193/2015-4 Min. José Múcio	Auditoria de conformidade na Petrobras com objetivo de verificar a regularidade dos atos inerentes à elaboração e à divulgação das demonstrações financeiras de 2014, em especial a metodologia utilizada para reconhecimento de perdas em ativos.	Em andamento
8	Fiscalização 011.844/2015-9 Min. Walton Alencar	Auditoria operacional no processo de elaboração do Plano Mestre do Porto de Santos, instrumento de planejamento específico para cada porto que define seu desenvolvimento e expansão, com ênfase na participação dos principais <i>stakeholders</i> , na revisão e no acompanhamento do que foi planejado, a partir de um referencial para a implementação de políticas públicas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).	Em andamento

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
9	Fiscalização 004.185/2014-5 Min. Augusto Nardes	Acompanhamento da evolução da Matriz de Responsabilidade dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 quanto a sua aderência à legislação, bem como a implementação de recomendações e determinações proferidas pelo Tribunal.	Concluída Acórdão 1784/2015-TCU- Plenário
10	Fiscalização 007.688/2015-6 Min. Bruno Dantas	Levantamento com o objetivo de conhecer a organização e o funcionamento das estruturas governamentais responsáveis pelas políticas públicas e programas do Governo Federal relacionados à inclusão digital, bem como identificar as principais áreas de risco e potenciais ações de controle.	Concluída Acórdão 2151/2015-TCU- Plenário
11	Fiscalização 013.719/2015-7 Min. Walton Alencar	Levantamento na gestão de bacias hidrográficas de rios federais em Minas Gerais, com o objetivo de conhecer a estrutura e organização dos comitês de gestão das bacias hidrográficas e das entidades delegatárias de funções de agência de água, para identificar riscos e fragilidades na gestão dos recursos hídricos das bacias hidrográficas de rios federais em Minas Gerais.	Concluída Acórdão 2771/2015-TCU- Plenário
12	Fiscalização 020.766/2014-9 Min. José Múcio	Auditoria de conformidade com o objetivo de avaliar a licitação para contratação de serviços de revitalização do trecho da rodovia BR-262/MS, no âmbito do programa de conservação e manutenção de rodovias – Crema 2ª Etapa.	Em andamento
13	Fiscalização 019.228/2014-7 Min. Subst. Augusto Sherman	Monitoramento com o objetivo de avaliar as ações relativas ao leilão de energia a-5, realizado em 2015, bem como os planos de ação encaminhados pelos órgãos auditados. O trabalho original avaliou as possibilidades de desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia entre 2009 e 2016.	Concluída Aguardando pronunciamento do Ministro Relator
14	Fiscalização 024.654/2014-0 Min. Walton Alencar	Acompanhamento dos atos do Conselho de Administração da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., com objetivo de avaliar a efetiva atuação do Conselho de Administração, como instância de governança, e se as decisões atendem aos requisitos de legalidade, legitimidade e economicidade (englobando os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade).	Concluída Acórdão 4364/2015-TCU- 1ª Câmara
15	Fiscalização 024.943/2014-2 Min. Subst. Weder de Oliveira	Auditoria operacional sobre a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) com foco nos controles internos da Caixa Econômica Federal, na vertente Operações de Mercado (FGTS).	Em andamento

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
16	Representação 005.406/2013-7 Min. Vital do Rêgo	Representação a fim de verificar a existência de dano aos cofres públicos no processo de aquisição da refinaria Pasadena Refining System Inc.	Em andamento
17	Fiscalização 008.486/2015-8 Min. Augusto Nardes	Monitoramento de deliberações acerca do resultado deficitário do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016, com identificação de riscos ligados à garantia oferecida pela União. Abrange, também, deliberações dirigidas à Autoridade Pública Olímpica, versando sobre aspectos de operacionalização dos jogos.	Concluída Acórdão 1857/2015-TCU- Plenário
18	Fiscalização 024.918/2014-8 Min. Ana Arraes	Auditoria operacional sobre a atuação da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Anac e Infraero na melhoria da qualidade dos serviços prestados nos aeroportos.	Concluída Acórdão 2210/2015-TCU- Plenário
19	Fiscalização 014.689/2014-6 Min. Walton Alencar	Acompanhamento da atuação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no que concerne a autorização de investimentos não previstos no Programa de Exploração Rodoviária (PER) da 1ª Etapa das concessões rodoviárias, com objetivo de avaliar a regularidade desses atos.	Em andamento
20	Representação 015.756/2014-9 Min. Subst. Augusto Sherman	Representação da Secex Estatais em virtude da alegada impossibilidade de acesso pelo TCU a documentos classificados como de sigilo bancário ou comercial pelo BNDES.	Em andamento O STF, no MS 33340, manifestou-se favoravelmente ao TCU no sentido de transferir o sigilo para a realização das ações de controle externo
21	Fiscalização 011.978/2015-5 Min. Subst. Augusto Sherman	Auditoria de conformidade em contratos para captação, armazenamento e distribuição de água em municípios do Semiárido baiano realizados pela Companhia de Engenharia Ambiental e Recursos Hídricos da Bahia (CERB), com recursos do Ministério da Integração Nacional. O trabalho busca verificar o padrão da execução das obras, visando dar um panorama sobre a aplicação dos recursos em nível de execução físico-financeira.	Concluída Aguardando pronunciamento do Ministro Relator
22	Fiscalização 011.124/2015-6 Min. Raimundo Carreiro	Auditoria de conformidade na construção dos prédios dos anexos I e II do Hospital de Clínicas de Porto Alegre.	Concluída Aguardando pronunciamento do Ministro Relator

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
23	Fiscalização 004.040/2011-2 Min. Benjamin Zymler	Inspeção empreendida em dois contratos de unidades de processo firmados no âmbito da Refinaria Abreu e Lima (Rnest), de responsabilidade da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). Os instrumentos contratuais foram pactuados pelo mesmo consórcio (Rnest-Conest), constituído pelas empresas Odebrecht Plantas Industriais e Participações S.A e Construtora OAS LTDA. Os objetivos visados versam sobre a coleta de informações atualizadas que facultem a continuidade na apuração dos danos advindos de indícios de sobrepreço em ambos os contratos citados. Tal meta ganha especial relevância perante declarada intenção da Petrobras em encerrar tais contratos. Adicionalmente, a fiscalização atende ao acompanhamento insculpido na determinação constante do subitem 9.6 do Acórdão 3.362/2010-TCU-Plenário.	Concluída. Acórdão 2960/2015 -TCU-Plenário
24	Fiscalização 004.920/2015-5 Min. José Múcio	Auditoria realizada na Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), com o objetivo de examinar os atos de gestão relativos ao prejuízo da ordem de R\$ 2,8 bilhões, reconhecido no balanço Patrimonial de 2014 da companhia, decorrente do encerramento dos projetos para a construção das Refinarias Premium I e II, nos Estados do Maranhão e Ceará.	Concluída. Acórdão 2824/2015-TCU-Plenário
25	Fiscalização 017.053/2015-3 Min. José Múcio	Auditoria operacional nas Centrais Elétricas Brasileiras S.A., Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A., Companhia Hidroelétrica do São Francisco e Furnas Centrais Elétricas S.A. com o objetivo de verificar a regularidade e a efetividade dos controles exercidos pelas estatais sobre os investimentos e contratos firmados pela Sociedade de Propósito Específico Norte Energia na implantação da Usina Hidroelétrica de Belo Monte.	Em andamento
26	Desestatização 029.083/2013-3 Min. Ana Arraes	Acompanhamento da desestatização, na modalidade de arrendamento (subconcessão), de áreas e instalações portuárias integrantes do Programa de Investimentos em Logística (PIL), que abrange os portos de Santos, Vila do Conde e Terminais de Outeiro e Miramar.	Concluída. Acórdão 2413/2015-TCU-Plenário
27	Fiscalização 007.446/2015-2 Min. Vital do Rego	Auditoria operacional para avaliar a regulação e a fiscalização realizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) nos setores de distribuição e revenda de GLP, mais especificamente nos que envolvam a distribuição e revenda de GLP envasilhado em botijões de treze quilos, destinados exclusivamente ao uso doméstico.	Concluída Aguardando pronunciamento do Ministro Relator

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
28	Representação 027.541/2015-0 Min. José Múcio	Acompanhamento da implementação do plano de ação da Diretoria de Governança, Risco e Conformidade (DGRC) da Petrobras, com vistas a verificar a adequabilidade das soluções adotadas pela DGRC frente aos padrões de governança, risco e controles internos recomendados pelo Tribunal.	Em andamento
29	Fiscalização 025.043/2015-3 Min. Walton Alencar	Auditoria operacional na Empresa Brasileira de Infraestrutura (Infraero) com o objetivo de avaliar a sustentabilidade financeira da agência reguladora frente às novas concessões de aeroportos.	Em andamento
30	Representação 033.882/2015-0 Min. Augusto Nardes	Representação em face de irregularidades em edital relativo à contratação de serviços especializados de apoio e assessoramento técnico à Superintendência Regional do DNIT no estado de Goiás e no Distrito Federal, para planejamento, gerenciamento e supervisão da execução das obras do Programa de Conservação, Restauração e Manutenção (Crema) e demais obras de manutenção rodoviária. Houve adoção de medida cautelar para suspender a licitação em vista das irregularidades.	Em andamento
31	Desestatização 033.940/2015-0 Min. José Múcio	Acompanhamento do primeiro estágio do Leilão Aneel 13/2015, destinado à concessão da prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de trinta anos a partir da assinatura dos respectivos contratos. Os serviços referem-se à construção, operação e manutenção de linhas de transmissão, subestações e demais instalações, a serem integradas à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN). Esse será o maior leilão de transmissão já realizado, envolvendo investimentos totais da ordem de R\$ 23,2 bilhões, pretendendo alcançar a construção de 12.811 quilômetros de linhas de transmissão e 34 subestações de energia em dezessete estados brasileiros com capacidade de transformação total de 19.560 MVA.	Em andamento
32	Fiscalização 023.297/2015-8 Min. Bruno Dantas	Auditoria de conformidade na Codevasf, Dnocs e Ministério da Integração Nacional com o objetivo de avaliar a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos quanto ao atendimento do objetivo 480 do Plano Plurianual 2012-2015 (revitalizar infraestruturas hídricas), com foco nas ações voltadas para atender ao aumento da capacidade de reservatórios estratégicos em função das águas do Projeto de Integração do Rio São Francisco.	Em andamento

Nº	Natureza do processo	Breve descrição da atividade	Status (Concluída ou Em andamento)
33	Fiscalização 000.805/2015-7 Min. Vital do Rêgo	Auditoria nas obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), com o fito de analisar a contratação direta do Consórcio TUC Construções (formado pela UTC Engenharia S/A, Construtora Norberto Odebrecht S/A), responsável pela execução das obras das plantas de utilidades do Comperj, no valor de R\$ 3, 8 bilhões.	Concluída. Acórdão 3343/2015-TCU-Plenário
34	Fiscalização 023.133/2015-5 Min. Bruno Dantas	Auditoria operacional com o objetivo de avaliar a atuação da Anatel na garantia e melhoria da qualidade da prestação dos serviços de telefonia móvel no Brasil.	Em andamento
35	Desestatização 023.298/2015-4 Min. Augusto Nardes	Acompanhamento incidente sobre a concessão do trecho da rodovia BR-476/153/282/480/PR/SC, composto pelas rodovias BR-476/PR, no trecho entre Lapa e União da Vitória; BR-153, no trecho entre União da Vitória e o entroncamento com a BR-282; BR-282, no trecho entre o entroncamento com a BR-153 e o entroncamento com a BR-480; e BR-480, no trecho entre o entroncamento com a BR-282 e Chapecó, integrante do Programa de Concessão de Rodovias Federais.	Concluída Aguardando pronunciamento do Ministro Relator
36	Fiscalização 019.579/2015-2 Min. José Múcio	Fiscalização decorrente de Solicitação do Congresso Nacional para fiscalizar o procedimento de licitação e o contrato administrativo levados a termo para a execução das obras do edifício sede da Petrobras na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo.	Em andamento

Capítulo 5

Principais eventos



Entre os principais eventos realizados em 2015 destacam-se:

- **Orçamento por resultado e Avaliação de Políticas Públicas (Parceria TCU - Câmara dos Deputados - Senado Federal)**
No dia 4 de março, servidores do Tribunal reuniram-se com servidores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com objetivo de discutir potenciais ações conjuntas nas áreas de orçamento e avaliação de políticas públicas.
- **Apresentação do sistema e-Contas**
Nos dias 17, 18 e 19 de março, foi apresentada para o público externo (gestores e órgãos de controle externo) a primeira etapa do novo sistema de prestação de contas, o e-Contas.
- **Conferência Governança do solo**
Entre os dias 25 e 27 de março, ocorreu a Conferência Governança do Solo, com o objetivo de sensibilizar a sociedade quanto à importância da conservação e do uso sustentável do solo.
- **Intercâmbio de experiências e potenciais ações entre TCU, Ipea, Câmara dos Deputados e Senado Federal**
No dia 7 de abril, realizou-se encontro técnico com a participação de servidores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o objetivo de compartilhar a visão de cada órgão sobre assuntos de interesse comum, como desenvolvimento regional, avaliação de políticas públicas, orçamento e planejamento nacional de longo prazo.
- **Seminário “O papel dos secretários da Segecex”**
Nos dias 13 e 14 de abril, os dirigentes da Segecex reuniram-se para debater temas como visão estratégica, projetos de controle e planejamento no TCU, comunicação institucional e relacionamento com o Congresso Nacional, entre outros.
- **15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal**
Com intuito de promover amplo debate sobre a política fiscal do país e seus desafios, realizou-se, no dia 4 de maio, seminário sobre o tema com a participação de autoridades dos poderes Executivo e Legislativo, representantes internacionais e servidores da administração pública.
- **Divulgação do Plano de Controle Externo**
No dia 19 de maio, realizou-se o primeiro Diálogo Público de 2015, que teve por objetivo apresentar à sociedade o Plano de Controle Externo do TCU para o período de abril de 2015 a março de 2017.

- **Workshop Segurança hídrica**

No dia 20 de maio, foi feita reunião técnica com a finalidade de compartilhar resultados de trabalhos sobre o tema segurança hídrica por diferentes unidades da Segecex, bem como se definiu estratégia integrada para futuras ações.

- **Controle externo em ação: presente e futuro da fiscalização de TI**

No dia 2 de junho, o Tribunal promoveu diálogo com vistas a apresentar e discutir aspectos de gestão e fiscalização de tecnologia da informação no âmbito da administração pública. O evento contou com a presença de autoridades, magistrados, gestores e técnicos de tecnologia da informação.

- **Encontro TCU, IRB e Atricon – apresentação de propostas de trabalhos coordenados**

No dia 2 de julho, o Presidente Aroldo Cedraz reuniu-se com presidentes de tribunais de contas dos estados e municípios de todo o País, por ocasião da assembleia geral do Instituto Rui Barbosa (IRB), que teve como objetivo a apresentação de propostas de trabalhos conjuntos entre o TCU e tribunais de contas subnacionais.

Na oportunidade, o presidente do TCU e os presidentes do IRB e da Atricon assinaram acordos de cooperação que viabilizarão a realização de trabalhos coordenados.

- **Encontros de dirigentes regionais**

No segundo semestre de 2015, foram realizados quatro encontros de dirigentes regionais, abrangendo todas as secretarias localizadas nos estados vinculadas a cada uma das Coordenações-Gerais. Foram avaliados resultados alcançados pelas unidades técnicas, apresentadas perspectivas de atuação e iniciados preparativos para discussão do plano operacional 2016; os eventos ocorreram nas datas que seguem:

- » 14/8, organizado pela Coinfra, na cidade do Rio de Janeiro-RJ, com a participação das Secex-ES, Secex-MG, Secex-RJ e Secex-SP;
- » 17/9, organizado pela Cosocial, na cidade de Recife-PE, com a participação das Secex-AL, Secex-BA, Secex-CE, Secex-MA, Secex-PB, Secex-PE, Secex-PI, Secex-RN e Secex-SE;
- » 25/9, organização pela Coestado, na cidade de Campo Grande-MS, com a participação das Secex-GO, Secex-MT, Secex-MS, Secex-PR, Secex-RS e Secex-SC;
- » 20/11, organizado pela Codesenvolvimento, na cidade de Belém-PA, com a participação das Secex-AC, Secex-AM, Secex-AP, Secex-PA, Secex-RO, Secex-RR e Secex-TO.

- **Workshop – Governança pública e aquisições no Brasil**

Entre os dias 24 a 26 de agosto, foi realizado *workshop* para transferência de tecnologia e entrega dos dados de cada Tribunal de Contas participante da auditoria coordenada para levantamento da situação de governança pública e de aquisições no Brasil, com

28 tribunais brasileiros, além do TCU. Participaram setenta analistas dos tribunais estaduais e municipais.

- **Seminário sobre análise de dados na Administração Pública (Parceria TCU – CGU)**

Nos dias 10 e 11 de setembro, ocorreu seminário em que foram relatadas experiências relacionadas ao uso de técnicas avançadas de análise de dados como instrumento para melhoria da gestão e do controle de entidades e políticas públicas; o evento ocorreu no auditório do TCU, com a participação de cerca de 230 pessoas, incluindo servidores e funcionários de órgãos e entidades da Administração Pública.

- **Encontro Técnico Fisc Desenvolvimento, recorte Nordeste**

No dia 18 de setembro, ocorreu encontro técnico, em Recife-PE, com o objetivo de debater as estratégias de abordagem do Fisc Desenvolvimento, com recorte Nordeste. Para fomentar a discussão junto aos dirigentes das unidades regionais do TCU localizadas na região Nordeste e representantes de diversos gabinetes de ministros, participaram do encontro especialistas da academia e do Banco Mundial.

- **Diálogo público sobre a judicialização da saúde no Brasil**

Em 15 de outubro, realizou-se o diálogo público sobre judicialização da saúde, que teve por objetivo promover discussão referente ao crescente aumento da judicialização das políticas de saúde no Brasil e debater aspectos relacionados ao atual cenário brasileiro, à necessidade de coordenação entre os atores envolvidos, aos desafios encontrados e suas possíveis soluções. Participaram gestores do Ministério da Saúde e das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, juízes, promotores, defensores públicos, especialistas da academia, o Conselho Federal de Medicina, entre outros.

- **Seminário Internacional Governança e desenvolvimento: Práticas inovadoras e o papel das Entidades Fiscalizadoras Superiores**

Nos dias 3 e 4 de novembro de 2015, promoveu-se seminário com o objetivo de lançar o guia de boas práticas resultado da segunda fase do projeto realizado junto à OCDE, anunciar o início da terceira fase, voltado a analisar o caso Brasil, e, por fim, assinar o compromisso relativo ao novo projeto a ser desenvolvido com aquele organismo. O evento teve como público-alvo autoridades, auditores, gestores públicos, academia e consultores legislativos.

- **Diálogo público: Sustentabilidade dos regimes previdenciários**

No dia 17 de novembro, realizou-se diálogo público sobre regimes previdenciários com o objetivo de debater a sustentabilidade dos regimes previdenciários, utilizando, entre outras informações, dados extraídos de fiscalizações realizadas pela Secex Previdência. O evento contou com a participação de especialistas no tema, ministros

da Casa, parlamentares, representantes do Governo Federal, de Estados, além de servidores da administração pública federal.

- **Governança e gestão das aquisições na Administração Pública Federal**

No dia 23 de novembro, ocorreu evento dirigido a gestores da área de aquisições das organizações públicas federais, no Auditório Ministro Pereira Lira, para apresentar e discutir os resultados dos trabalhos realizados pelo TCU em governança e gestão das aquisições públicas no período de 2013 a 2015. Foram proferidas palestras por representantes do TCU, EBC e SLTI.

- **Seminário “Aperfeiçoando a governança do setor público brasileiro”**

No dia 27 de novembro, realizou-se o Seminário "Aperfeiçoando a governança do setor público brasileiro", no auditório do TCE-RJ (Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro), no contexto do acordo de cooperação com o Instituto Rui Barbosa, a ATRICON, o TCU e mais 28 tribunais de contas brasileiros, para sistematizar o conhecimento sobre a governança pública brasileira. Foram apresentados os resultados do levantamento do tema, as iniciativas de melhoria de governança adotadas pelo TCU e as implicações da situação de má governança no Brasil para o desenvolvimento nacional.

A realização dos eventos listados contou com a participação e colaboração de diversas unidades, a exemplo da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (Seplan), Secretaria de Relações Internacionais (Serint), Assessoria de Cerimonial e Relações Institucionais (Aceri), Secretaria de Comunicação (Secom) e Instituto Serzedello Corrêa (ISC), às quais a Segecex registra seu agradecimento.

Responsabilidade pelo Conteúdo

Assessoria da Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex)

Responsabilidade Editorial

Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)

Secretaria de Comunicação (Secom)

Núcleo de Criação e Editoração (NCE)

Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Núcleo de Criação e Editoração

Fotografias

Evelynne Gubert

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex)

SAFS Quadra 4 Lote 1 Edifício Anexo III Sala 450

70042-900 Brasília - DF

Tel: (61) 3316-7322

segecex@tcu.gov.br

Ouvidoria

Tel.: 0800 644 1500

ouvidoria@tcu.gov.br

Impresso pela Sesap/Segedam

MISSÃO

Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo.

VISÃO

Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável.